negocios

negocios.pt

Segunda-feira, 16 de setembro de 2024 | Diário | Ano XVIII | N.º 5325 | € 2.80
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

SILVA RIBEIRO
Do campo de batalha ao campo do conhecimento
OPINIÃO 30

L. MARQUES MENDES
Já não vale a pena perder tempo com Lucília Gago
OPINIÃO 31

Mais-valias da casa com dois regimes no mesmo ano

O Governo suavizou as regras para a isenção de IRS sobre os ganhos da venda de casa própria, mas a nova lei só se aplica após 11 de setembro. Até aí, o crivo mantém-se.

ECONOMIA 10 e 11

Vítor Mota

CONVERSA CAPITAL **FRANCISCO CALHEIROS**

"Não sei se é possível" a venda parcial da TAP

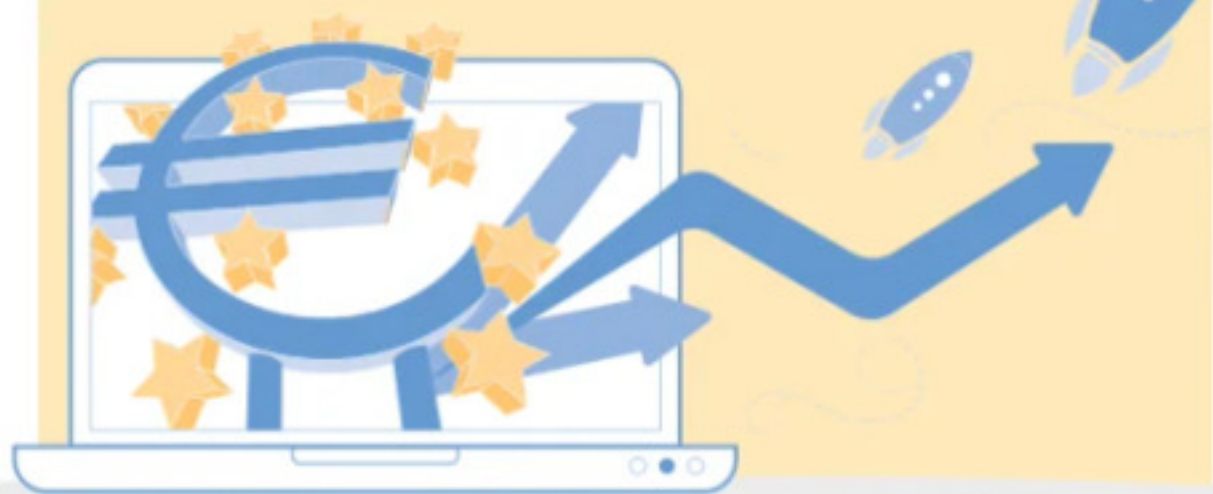
Líder da Confederação do Turismo diz que Pinto Luz não está fragilizado e critica duplicação da taxa turística em Lisboa.

PRIMEIRA LINHA 4 a 8

Corrida a certificados cria pressão sobre reembolso da dívida pública em 2033

HOME PAGE 2

investidor privado

Da indústria à saúde, ações que sobem com cortes de juros

Governo vai anunciar regras mais simples para carregar elétricos

EMPRESAS 16 e 17

Ações

Tecnológica Reditus diz adeus à bolsa, 37 anos depois

MERCADOS 20 e 21

HOME PAGE

O presidente da agência que gere a dívida pública desenhou uma linha vermelha: reembolsos anuais superiores a 18 mil milhões de euros podem criar dificuldades. E alerta para a pressão dentro de uma década.

Corrida aos certificados cria pressão em 2033

Miguel Baltazar

Miguel Martín, presidente do IGCP, diz que o rating A tem sido determinante para a confiança em Portugal.

LEONOR MATEUS FERREIRA
leonorferreira@negocios.pt

A corrida aos certificados de aforro no final de 2022 e primeira metade de 2023 foi "disruptivo" para o financiamento do Estado, como admitiu o presidente da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), Miguel Martín. O apetite travou a fundo quando, em junho do ano passado, entrou em vigor a nova série F com um tecto de juro mais baixo: de 2,5%, que compara com 3,5% na anterior série F. A pressão sobre a dinâmica de financiamento do Estado aliviou. Mas poderá voltar a fazer-se sentir, dentro de menos de uma década, quando os certificados atingem o prazo e for preciso devolver toda esta poupança aos aforradores. Em dois anos vão ser mais de 20 mil milhões de euros.

"Quando os reembolsos superam os 18 mil milhões começamos a entrar numa zona de maior dificuldade em colocação de dívida", começou por explicar Miguel Martín, esta sexta-feira no Parlamento, onde foi recebido para a audição anual na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública. O responsável referia-se à dívida total, sendo que habitualmente o principal momento de pressão do país é a parede de dívida, ou seja, o reembolso da linha de obrigações do Tesouro que atinja a maturidade nesse ano.

Portugal ainda tem pagamentos a fazer a credores europeus da troika.

Mas pode haver exceções. Por exemplo, em 2033, o que já se sabe que Portugal terá de pagar é parte do empréstimo (que ainda vem da troika) ao Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF). E é a esse que se juntam os certificados. "Apesar de o número ser relativamente baixo, são cinco mil milhões, há que a acrescentar 13 mil milhões que é a maturidade normal de toda a série E que foi subscrita durante o auge de 2023", indicou Miguel Martín.

Apesar de menos expressivo, já no anterior esse efeito também se fará sentir. "Em 2032, também temos ali 14 mil milhões [referente a uma linha de obrigações e um reembolso ao FEEF] ao qual há que acrescentar sete mil milhões da série E. Entre 2032 e 2033, apesar de parecerem anos mais calmos, são anos em que as necessidades de reembolso de dívida andam na casa dos 21 mil milhões de euros", alertou.

BCE substituído por fundos soberanos e de pensões

Esta pressão no refinanciamento junta-se a outro desafio com que o Estado português tem vindo a lidar desde o ano passado: a diminuição da presença do Banco Central Europeu (BCE) no mercado de dívida. Para diminuir a liquidez no mercado e ajudar na estratégia para travar a inflação, a autoridade monetária deixou de reinvestir os montantes dos títulos que tinham sido comprados nos programas do BCE e que atingem as maturidades. O mercado estima que estejam a sair 400 mil milhões de euros por ano.

"Isto implica que, na lógica de refinanciamento, o BCE deixa de ser um ator presente. Daí a nossa preocupação de alisamento da curva", indicou o presidente do IGCP, apontando para as operações de recompra de títulos. Segundo o responsável, o rating A está a ser a chave para Portugal conseguir não só mais, mas também diferentes investidores, como fundos soberanos e de pensões, incluindo da Noruega, Médio Oriente ou Singapura.

O IGCP vai fazer um "roadshow" com investidores na Ásia, em novembro.

"Também o Japão pode começar a comprar" com a inclusão no principal índice mundial de obrigações do Tesouro, o FTSE World Government Bond Index (WGBI), o que está marcado para 1 de novembro. Aliás, nesse mês, o IGCP vai realizar um "roadshow" pela Ásia para captar novos investidores.

"Há uma inversão importantíssima na forma de financiamento da República em mercado", indicou Miguel Martín, acrescentando que o rating A refletiu-se nas duas vendas sindicadas de obrigações do Tesouro realizadas este ano, em que houve uma "alteração de padrão importantíssima". A presença de fundos soberanos e de pensões "traduz a diversificação dos investidores, que resulta do aumento de rating da República. É de facto o que nos permite diversificar fontes de financiamento", acrescentou. ■

DIA

AÇÃO

Caos abala Worldline. Empresa cai para mínimos históricos em bolsa

Ao fim de 11 anos na Worldline, o CEO Gilles Grapinet está de saída.

As ações da empresa de pagamentos Worldline terminaram a sessão a afundar mais de 14%, tendo chegado a cair para mínimos históricos, ao ter tocado os 6,672 euros. Entretanto, a cotada francesa conseguiu encerrar as negociações nos 7,214 euros. Pela segunda vez em dois meses, a Worldline cortou as perspetivas em matéria de lucros, anunciou um plano de corte de custos e ainda a saída do CEO, Gilles Grapinet. ■

-14,38%

Variação este ano: **-53,96%**
Valor em bolsa:
2.044,4 milhões de euros

FRASE

"Para nós, a saúde não se gere com preconceitos ideológicos. Para nós, o SNS existe para servir as pessoas.

LUÍS MONTENEGRO
Primeiro-ministro

FOTO

Casar na Índia com a ajuda de uma ONG

Estas noivas cobertas com véus, sentadas no chão, são as protagonistas de uma cerimónia de casamento em massa, em Srinagar, na Caxemira Indiana. Um total de 60 meninas órfãs e casais de baixos rendimentos foram assim auxiliadas pela ONG "J&K Al Noor Yateem Trust", a qual fornece apoio financeiro a famílias que não podem arcar com os altos custos do casamento.

Fotografia: Farooq Khan/EPA

NÚMERO

A produção mundial de calçado caiu 6% para 22.400 milhões de pares em 2023, o mínimo da década.

EDITORIAL

CELSO FILIPE
Diretor adjunto
cfilipe@negocios.pt

O umbigo do mundo

A claque de apoio a Kamala Harris é dominante na maior parte da União Europeia, onde Donald Trump é visto como um perigo à solta. E na verdade é-o, como o comprova a sua primeira passagem pela Casa Branca e, sobretudo, a forma como reagiu à derrota de novembro de 2020, incentivando a uma revolta que conduziu à medonha invasão do Capitólio.

Pelos critérios de um democrata europeu, seja ele de esquerda, de centro, ou de direita, Trump é um risco. Por aquilo que defende, pelo namoro descarado a Vladimir Putin e ainda devido à imprevisibilidade que introduziria na diplomacia mundial. Trump, que faliu empresas e foi condenado por 34 crimes relacionados com pagamentos a uma atriz porno para não prejudicar a sua campanha presidencial, nunca teria hipótese de ser eleito na Europa, dado que os valores morais dominantes na opinião pública expurgam o sistema deste tipo de prevaricadores.

Todavia, o sonho de uma vitória de Kamala Harris (mesmo que ele efetivamente se concretize) não resolve os problemas dos Estados Unidos e muito menos os da Europa.

Com Harris ou Trump, a União Europeia precisa de fazer o desmame dos EUA.

A União Europeia (UE) necessita, rapidamente, de entrar numa fase de desmame dos Estados Unidos. Precisa de ter uma estratégia de defesa própria, de revitalizar a sua indústria e promover tecnológicas capazes de rivalizar com as gigantes norte-americanas. A UE precisa de se afirmar como um bloco independente, dotado de vontade própria e capaz de falar em uníssono. E estas premissas devem ser materializadas qualquer que seja o resultado das eleições presidenciais norte-americanas de 5 de novembro.

Embora no plano teórico seja preferível uma vitória de Kamala Harris, por permitir um diálogo mais sólido e a criação de pontes entre os EUA e a UE, paradoxalmente, a eleição de Donald Trump forçará a Europa a agir mais rapidamente, levando em consideração os riscos potenciais que apresenta.

A relevância global dos Estado Unidos está plasmada na atenção que a Europa dá à eleição presidencial. E é este umbiguismo dos EUA que importa também desconstruir. ■

CONVERSA CAPITAL

FRANCISCO CALHEIROS PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO DO TURISMO

"Não sei se é possível" venda parcial da TAP

Expectante quanto à privatização da TAP, Francisco Calheiros tem dúvidas sobre o interesse de privados num cenário que não seja de controlo e em que o Estado permaneça na empresa. E não vê problemas em que Pinto Luz lidere o processo.

HUGO NEUTEL
hugoneutel@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
VÍTOR MOTA
Fotografia

À espera para ver o que significa exatamente a proposta da Lufthansa para a TAP, o presidente da Confederação do Turismo diz ao Negócios e à Antena 1 que não vê problema em que o ministro das Infraestruturas lidere o processo de privatização da companhia aérea.

Enquanto se decide lentamente sobre o novo aeroporto, faz sentido intensificar a aposta na ferrovia?

Primeira nota: devia haver um cronograma para o aeroporto. Se não existe, deveria existir. Se existe, deveria ser público. Segunda nota: o último grande aeroporto construído na Europa foi em Berlim. Demorou 16 anos. Já disse em brincadeira que acho que nunca vou embarcar no aeroporto de Alcochete. Agora acho que nunca vou ver o aeroporto de Alcochete. Temos de ter uma alternativa até lá, e tem de ser o Montijo. Em relação à ferrovia, espero que não seja o "Aeroporto 2". A ferrovia é determinante. Por exemplo: se tivermos alta velocidade [de Lisboa] para Porto e Madrid, estamos a falar se calhar em mais de 40 voos por dia que podemos deixar de ter desde Lisboa. Isso dá uma capacidade de crescimento de anos. A ferrovia seria uma ótima alternativa para, por exemplo, prescindirmos dos voos de curta duração.

A privatização da TAP pode comprometer o calendário?

Penso que não, são situações independentes. Vamos ver o que é que vai dar a privatização da TAP. Estamos preocupados. 94% dos nossos turistas chegam via aérea. A TAP é determinante e é para nós fundamental saber como é que isto vai acontecer, e há questões determinantes. À cabeça a manutenção do "hub".

O Estado deve ficar com o controlo?

O tema não é o que é que é desejável, é o que é que possível. É muito difícil a TAP manter-se orgulhosamente só. Tem de estar inserida numa plataforma de companhias aéreas. A companhia de bandeira espanhola está, a francesa está, a inglesa está, a alemã está, estão todas. Mas vamos pôr-nos do outro lado. Uma das questões interessantes quando estou a comprar uma companhia aérea é que tenho que captar todas as sinergias possíveis. Ora, se tenho um acionista de referência com uma quota suficientemente importante, é muito difícil manter essa autonomia. Por exemplo: se calhar há grupos que ao comprar a TAP podem não manter a marca. Ora, se houver um acionista de peso, como é o Estado português, isso já não é possível. Não sei se é possível encontrar um comprador que queira desenvolver a TAP e que queira captar sinergias, e que consiga fazer isso com um acionista de peso, como é o caso do Estado português.

Uma companhia com a dimensão da Lufthansa poderá estar disposta a investir prescindindo do controlo?

O tema é esse. Nunca falei com eles, não percebo o que é que isto é. Um primeiro passo? Não sei.

A Lufthansa quer 19%. Pode ser um caminho?

Era preciso estar um bocadinho dentro das negociações. Nunca falei com a Lufthansa.

A proposta da Lufthansa avalia a TAP em cerca de mil milhões. É razoável?

Não faço ideia se é muito ou pouco, mas gostava de desmistificar uma ideia. Não vamos estar a falar permanentemente dos 3,2 mil milhões que lá pusemos. Isso foi para pagar prejuízos. A valorização da empresa não tem a ver com o dinheiro que se lá pôs, tem a ver com o real valor que ela tem.

Faz sentido que o atual ministro das Infraestruturas seja afastado do processo de privatização?

O que aconteceu na altura foi que ele limitou-se a assinar um contrato. O grande erro foi nacionalizar outra vez a TAP, isso nunca deveria ter acontecido.

Mas ter um interlocutor que deixe dúvidas no ar não pode prejudicar o processo?

Acho que não. Esta privatização, como qualquer privatização de uma grande empresa, vai envolver avaliadores, escritórios de advogados e, portanto, não acho que haja qualquer [dificuldade]. O Miguel Pinto Luz é uma pessoa muito decidida. Ele tem as ideias muito claras, acho que aí não há problema. ■

"Disse que acho que nunca vou embarcar no aeroporto de Alcochete. Agora acho que nunca vou vê-lo.

"O Miguel Pinto Luz é uma pessoa muito decidida. Acho que não há problema.

"A receita está a aumentar muito mais do que o número de turistas que chegam"

Depois de dois anos de crescimentos em flecha, o setor do turismo prepara-se para um abrandamento, mas não um passo atrás. Nos primeiros sete meses, o número de dormidas aumentou 4% e o presidente da Confederação do Turismo diz ao Negócios e à Antena 1 que mais importante do que esse indicador, é o facto de as receitas terem crescido o triplo daquele valor.

As expectativas do setor para este verão confirmam-se?

Entre 1999 e 2009, o setor do turismo praticamente não cresceu. Depois, de 2009 a 2019, duplicou. Cresceu 100%. Em 2020 e 2021, aconteceu a pandemia de covid. Em 2022, quando na Europa se discutia quando é que se vai recuperar os números de 2019, nós recuperámos logo. Em

PERFIL

Uma carreira de décadas no turismo

Francisco Calheiros tem mais de três décadas de experiência no setor do Turismo, cuja Confederação lidera há mais de dez anos. Licenciado em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, o gestor passou por várias empresas deste ramo de atividade mas o seu percurso fica também – e sobretudo – marcado pelo associativismo. Nesse capítulo exerceu, entre outros cargos, o de vice-presidente da Associação Portuguesa das Agências de Viagens. Lidera a Confederação do Turismo de Portugal desde 2012, tendo sido sucessivamente reeleito para o cargo. A mais recente tomada de posse aconteceu há seis meses, para o mandato que assegura ser o último enquanto presidente da Confederação. Foi condecorado com a Comenda de Mérito Comercial pelo antigo Presidente da República Jorge Sampaio e também com a Medalha de Mérito pelo ex-primeiro-ministro António Guterres. Sportinguista, fez parte do Conselho Leonino do clube. Gosta de caminhadas.

2023 tivemos os números mágicos: 77 milhões de dormidas, 30 milhões de turistas e 25 mil milhões de receita. Para 2024, eu disse que se fizéssemos os mesmos números de 2023 seria ótimo. Neste momento, temos os números de julho fechados e estamos com mais 4% de dormidas, mas mais importante do que isso, mais 11,6% de receitas. O que quer dizer que a receita está a aumentar muito mais do que o número de turistas.

Esse crescimento está a acontecer por causa do aumento dos preços?

Por causa do aumento dos preços. Esse aumento tem muito a ver com o que aconteceu a nível de inflação e também, provavelmente, com alguma recuperação de margem nalguns setores. A nossa perspetiva para este ano é entre 1% e 3% de crescimento, em dormidas. Mas em receita o crescimento será bastante maior. Vai superar 2023.

As estatísticas relativas a julho revelam um decréscimo de 2,4% das dormidas dos turistas nacionais. Este facto preocupa-o?

Falou só do mês de julho isolado. Nos totais [acumulados desde o início do ano] estamos a zeros. O mercado português é vital, é determinante, é o mais importante de todos os mercados. Os portugueses representam 30% das nossas dormidas. O setor do turismo tem estado a crescer ano após ano, mas os portugueses, infelizmente, não. Mas não são os turistas portugueses que têm decrescido, têm sido os outros, oriundos de outros países, que vão crescendo.

Ao aumentar os preços está-se a pensar no mercado internacional?

Em muitos sítios, muito devido às companhias "low-cost", viajar tornou-se uma necessidade, não um luxo. E os portugueses também estão a descobrir o mundo, e hoje é barato ir para fora.

Faz sentido baixar os preços?

Os preços são adequados. Continuamos a ter uma relação qualidade-preço muito equilibrada se compararmos com os nossos destinos concorrentes, europeus nomeadamente, tanto que continuamos todos os anos a bater recordes.

Face aos bons resultados do turismo, teme que o setor seja, à semelhança de outros, sujeito a uma contribuição extraordinária?

O turismo é o setor das taxas e das taxinhas. Já é taxado em tudo o que é possível e agora ainda mais uma contribuição extraordinária? Isso não faz sentido nenhum. O turismo tem um saldo líquido de exportação de 18 mil milhões de euros. E uma coisa ainda mais importante: é a única atividade exportadora que paga IVA. Um exemplo: quando exporto uma garrafa de vinho, o Sr. John Smith, em Londres, quando a está a beber, está a bebê-la isento de IVA. Já o mesmo John Smith, quando está no Algarve e bebe a mesma garrafa de vinho, paga IVA. Não massacrem mais o turismo. ■

> **"O turismo é a única atividade exportadora que paga IVA. Não massacrem mais o turismo."**

> **"O turismo cresce, mas o número de portugueses, infelizmente, não."**

FRANCISCO CALHEIROS PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO DO TURISMO

Salário mínimo? "O Governo disse 860 a uns e 870 a outros"

Francisco Calheiros contraria a tese do Governo segundo a qual o Executivo iria propor um aumento do salário mínimo nacional de 860 euros em 2025. E vai mais longe: há outros valores em cima da mesa.

HUGO NEUTEL
hugoneutel@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
VÍTOR MOTA
Fotografia

O Governo avançou à Confederação do Turismo uma proposta de aumento do salário mínimo nacional para 860 euros em 2025, diz o presidente da Confederação do setor. Em entrevista ao Negócios e à Antena 1, Francisco Calheiros tem informação, no entanto, de que outros parceiros sociais terão sido confrontados com um valor diferente. O representante do setor na concertação social apela à aprovação do Orçamento do Estado.

O Governo afirma que os 860 euros, noticiados na imprensa, para o valor do salário mínimo proposto pelo Executivo para 2025 é especulativo. Se for este valor, o setor tem capacidade para pagá-lo?

O acordo que está em vigor é de 855 euros. Penso que o Governo falou a uns em 860 e a outros em 870. Connosco falou em 860. Os salários em Portugal são muito baixos. Não é o salário mínimo, são todos os salários. Só com crescimento económico se pode pagar melhores salários. Se o turismo aguenta um salário mínimo de 860? A resposta é muito clara: a maioria, sim. O maior grupo hoteleiro paga mil euros. Mas, por exemplo, a restauração está a atravessar uma fase muito complicada. É nesses que tenho de pensar e não naqueles onde tudo corre bem. Um pequeno restaurante com cinco funcionários, em que o que se pode pôr em causa é se é 820 ou é zero, qual é melhor?

Então não concorda com os 860...

Nós aceitamos os 855, há um acordo de rendimentos e produtividade que falta cumprir, está cumprido a 60%. Para haver algo fora disso, vamos ouvir o Governo. Tenho de esperar pela reunião bilateral. Reunimos frequentemente com o setor e o que nos dizem é que não encontram ninguém para trabalhar por 820 euros.

> "Se o turismo aguenta um salário mínimo de 860? A maioria, sim."

> "O ministro Miranda Sarmento disse que o superavit previsto é 0,2%. 0,2% é nada."

Concorda com a proposta da CIP para criar um 15.º mês isento de impostos?

Tenho de falar com o meu colega da CIP para ver qual é o objetivo. Temos o prémio via gratificação de balanço que já é isento de impostos. Foi assim no ano passado.

É importante que o Orçamento seja aprovado?

É capital que seja aprovado. O mais importante é a estabilidade. A não aprovação do Orçamento é instabilidade, é mau para o investimento estrangeiro, é mau para tudo. Nós vamos fazer chegar as nossas propostas para o Orçamento do Estado de 2025. Disse ao ministro das Finanças três questões transversais que me parecem fundamentais para o país. Primeira: falamos muito da baixa de impostos. Eu gosto mais de falar da diminuição da despesa pública. O ministro Miranda Sarmento disse que o superavit previsto no Orçamento é 0,2%. A margem é 0,2%, é nada. Se queremos diminuir os

"A não aprovação do OE é instabilidade, é mau para o investimento, para tudo."

"Todos temos gorduras. As empresas, as famílias e o Estado também."

"Regularizando os migrantes, a falta de mão de obra termina"

impostos das famílias e das empresas, o que temos de fazer é diminuir a despesa pública. Só descendo profundamente a despesa pública podemos baixar impostos a sério. Todos temos gorduras. As empresas, as famílias e o Estado também.

O que está previsto é um aumento...

Nos últimos anos o que tem acontecido tem sido isso.

E é o que está previsto para o próximo ano.

É disso que eu discordo completamente. Segunda questão: a demografia. Os nossos jovens não têm filhos porque não têm dinheiro, e não têm onde pô-los. O último censo deu 1,37 crianças por mulher em idade fértil. Projetamos isto a mil anos e não existimos. E terceira questão: a habitação. Há 20 anos faziam-se 65 mil casas por ano, nos últimos 10 fizeram-se 120 mil no total.

Quem tem a obrigação de viabilizar o Orçamento? O Chega ou o PS?

Não vou entrar nessa guerra. Quem tem de tentar viabilizar o Orçamento é o Governo. Espero que todos tenham bom senso e que, de facto, se consiga viabilizar o Orçamento. Até por isto: nas projeções eleitorais não há vislumbre de que um partido possa ter uma maioria absoluta. Não sei se vai ganhar-se alguma coisa em voltar a ter eleições.

Faria sentido comprometer os outros partidos com as decisões da concertação?

Há muitos anos que a Confederação do Turismo defende pactos de regime em determinadas situações. Tenho assistido a várias passagens de Governo e nem passagens de pastas há. Tem de haver uma maior responsabilidade.

Que impacto é que tem viver com o Orçamento em duodécimos no setor?

O maior impacto é a imagem que nós damos e para o investimento externo.

Quais são em concreto as medidas que quer ver contempladas?

As três que disse e que são muito transversais, e não podemos esquecer os grandes constrangimentos. O aeroporto, a TAP, a ferrovia. A carga fiscal é muito importante.

Qual será a contribuição do turismo para o crescimento do país no próximo ano?

Digo este ano o mesmo que dizia no ano passado. A única certeza é a incerteza. O panorama internacional continua complicado. A guerra na Europa mantém-se, a Palestina continua a escalar, o poder económico da Europa versus China e Estados Unidos continua a diminuir, eleições americanas daqui a dois meses... A situação está melhor a nível de inflação, juros, mas se, por exemplo, analisarmos os nossos cinco principais clientes, o que é que vimos? Nos ingleses, a notícia é um aumento da carga fiscal como nunca. Os alemães, motor da Europa, estão praticamente em recessão. França e Espanha com crises políticas muito grandes. Estou preocupado, estou. Há uma grande incerteza. Mais de 70% dos nossos turistas vêm de fora. Nós fazemos tudo, nós, entenda-se públicos e privados, para fazer os impossíveis. ■

O problema da falta de pessoal no turismo, que chegou a levar a fecho de hotéis – nuns casos na totalidade e noutros de forma parcial –, já não é tão gritante, admite o presidente da Confederação do Turismo. Em entrevista ao Negócio e à Antena 1, Francisco Calheiros insiste que a solução passa pela integração dos imigrantes, mas adivinha que as filas à porta dos serviços da agência que substituiu o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) vão continuar.

A falta de mão de obra ainda é um problema?

2022 e 2023 foram anos muito difíceis. O que quero dizer com muito difíceis é haver hotéis que não abriram por falta de pessoal. É hotéis abrirem menos andares porque falta pessoal. Depois da pandemia, quando o setor abriu, abriu em explosão, e tínhamos perdido muitas pessoas que entretanto regressaram às suas terras e provavelmente arranjaram outros empregos. Neste momento, a situação da falta de mão de obra está mais regularizada. Se os 400 mil migrantes que cá temos vierem a ser regularizados, penso que a falta de mão de obra deixaria de ser um problema. Nunca tivemos tantos trabalhadores como temos agora.

Qual é atualmente a proporção de trabalhadores imigrantes no setor?

Em nove anos, passou de 5% para 30%. E temos casos como o setor da agricultura, no qual passou para 40%. Quando se fala dos migrantes, temos de ter a noção da importância que estas pessoas têm para a nossa economia. Há dez ou doze anos tínhamos 120 mil trabalhadores estrangeiros inscritos na Segurança Social. Hoje temos mais de 600 mil. Não temos economia sem estas pessoas.

O problema da atribuição de vistos também tem sido um fator. Tem indicações de melhorias no funcionamento da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA)?

Não tenho visto. Vimos nas notícias todos os dias que é uma preocupação gigantesca que o Governo tem. Temos o escritório mesmo por cima de um serviço de estrangeiros e fronteiras, vou para o escritório e continuo a ver aquelas filas. E, vamos ser claros, vamos continuar a ver. Temos 400 mil. É uma loucura, isto é quase 10% da força de trabalho, são 7% ou 8%. E acho que se fossem 4 mil já era imenso.

Um deputado do Chega defendeu, numa jornada parlamentar na qual o Francisco Calheiros participou, que não são necessários imigrantes para acabar com a falta de mão de obra em Portugal. O que seria necessário era acabar com o Rendimento Social de Inserção (RSI) para que essas pessoas deixem de receber subsídio e passem a trabalhar. Concorda com esta ideia?

Não só discordo totalmente dessa ideia como discordei lá. Se todas as pessoas que estão no Rendimento Social de Inserção vierem trabalhar, não chegam. ■

Respostas rápidas

KAMALA HARRIS
Candidata a Presidente dos Estados Unidos.

MARIA LUÍS ALBUQUERQUE
Ex-ministra das Finanças.

TAXA DE JURO
Esperemos que continue a baixar. É fundamental.

MÁRIO CENTENO
Ex-ministro das Finanças, atual governador do Banco de Portugal, futuro orador no dia 27 de setembro na Câmara do Turismo.

CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Até agora não se conhece nenhum, não tenho nada a dizer, só potenciais candidatos.

FAMÍLIA
A família é o mais importante de tudo.

REFÚGIO
O meu refúgio é a minha casa na Praia Grande.

TEMPOS LIVRES
Viajar, andar e estar com a família.

AMBIÇÃO
Ambição... é mais pessoal. Que sejam felizes, é a minha ambição.

SPORTING
Sou o sócio 820 do clube do meu coração.

PORTUGAL
Uma grande paixão.

FRANCISCO CALHEIROS PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO DO TURISMO

Lisboa "não fez bem" em duplicar a taxa turística. "É muito dinheiro"

Em vez da taxa turística, o país devia ter o IVA turístico, defende o presidente da confederação do setor. Francisco Calheiros critica a decisão de Carlos Moedas, que duplicou o valor da taxa em Lisboa.

HUGO NEUTEL
hugoneutel@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
VÍTOR MOTA
Fotografia

A duplicação da taxa turística em Lisboa de dois para quatro euros por pessoa por noite não foi uma boa ideia, considera o presidente da Confederação do Turismo de Portugal. Em entrevista ao Negócios e à Antena 1, Francisco Calheiros promete uma campanha para "desmistificar" a ideia de que há turismo a mais, retorquindo que o que existe é "economia a menos". O representante do setor na Concertação Social congratula-se com o início de voos diretos entre Portugal e a Coreia do Sul, sublinhando que aquele mercado tem um enorme potencial, sobretudo no turismo religioso, dado que mesmo antes dos voos diretos, já eram os principais visitantes de Fátima.

Tem-se falado muito da massificação do turismo. Será mesmo assim ou é uma questão de distribuição geográfica dos turistas?

Fala-se muito da "turistificação", mas acho que não faz sentido. Não há turismo a mais, há economia a menos. Há uma gestão eventualmente deficiente dos destinos. Não vou negar que em determinadas freguesias de Lisboa e do Porto, poucas, não haja imensos turistas. Temos de estar atentos a essa situação e tem de se criar condições para criar novas centralidades para que isso possa acontecer. Isso tem estado a ser feito. Os turistas estão cada vez mais dispersos pelo território nacional e pelas ilhas. Ficou um bocadinho chique dizer que há turistas a mais. Discordo completamente, o turismo representa 15% do nosso PIB e portanto os outros 85% não são turismo. Vai ser apresentada uma campanha para desmistificar a massificação do turismo.

A confederação e o setor estão a fazer alguma coisa para melhorar a tal gestão geográfica?

Temos tido várias reuniões, quer com a Secretaria de Estado, quer com o Turismo de Portugal. Há bastantes ideias nesse sentido. Por exemplo, demorou um ano a conseguir, mas estamos com voos diretos da Coreia. Os coreanos são, neste momento, o principal turista de Fátima. São mais de 100 mil dormidas, sem voo direto. São católicos e têm uma grande atração por Fátima. Provavelmente irão estar em Lisboa, até porque aterram cá, mas a sua motivação, onde eles vão dormir, é a Fátima. Uma ótima notícia.

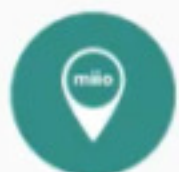
Lisboa duplicou a taxa turística para 4 euros. Fez bem?

Não. Temos de ser muito claros. A taxa turística em Lisboa deverá andar à roda de 40 milhões de euros. Qualquer atividade tem uma pegada. O aumento de turistas tem um acréscimo grande de custos. As grandes receitas do turismo são para o Governo e há alguma injustiça na medida em que Lisboa tem um aumento de despesa grande. Exemplo: há uns anos não havia limpeza em Lisboa ao sábado e domingo. Isso hoje em dia é impensável. Faz sentido que a autarquia seja compensada. Mas não concordo com a taxa. Há uma resolução do Conselho de Ministros de 2018 para a criação do IVA turístico que nunca foi posta em prática. Isto é que faz sentido: do dinheiro que é gasto pelos turistas, uma parte desse IVA reverte para a cidade. De dois para quatro é muito dinheiro.

Os dois eram aceitáveis?

O princípio está errado.

Foi reeleito para a presidência da Confederação do Turismo, deverá ser o último mandato. O que espera fazer de diferente e de marcante na CTP?

Há aí uma palavra que tem de ser urgentemente corrigida, que é o "deverá". No meio de tanta incerteza tenho uma certeza. Tomei posse em março e não tenho dúvida nenhuma que isso [um mandato adicional] não vai acontecer. Gostaria que nos próximos dois anos não houvesse uma "debacle", como houve quando foi da crise financeira, ou como foi com a covid. Deixar isto com o crescimento que tem tido, arrumado. A confederação é muito sustentável do ponto de vista financeiro, é muito representativa do setor, os associados cresceram muito, muito. A confederação representa hoje tudo [no setor]. Uma coisa que gostaria de fazer com muita calma era uma ótima passagem de pasta ao meu sucessor. ■

O Governo revogou normas que dificultavam o regime de reinvestimento de mais valias da venda da casa de habitação própria.

IMPOSTOS

Mais-valias da casa com dois regimes no mesmo ano

O Governo suavizou as regras para que seja possível beneficiar de isenção de IRS sobre os ganhos da venda de casa própria quando os mesmos forem reinvestidos em nova habitação para a família, mas as alterações ao regime, que se refletirão do IRS deste ano, só se aplicam às vendas efetuadas a partir de 11 de setembro.

FILOMENA LANÇA
filomenalanca@negocios.pt

Quem vender a sua casa e pretender reinvestir as mais-valias obtidas numa outra habitação para a família terá regras fiscais diferentes para observar consoante o tenha feito até 10 de setembro ou já a partir de dia 11 deste mês. A diferença decorre de um novo diploma, que entrou em vigor a 11 deste mês e põe em prática uma das medidas anunciadas pelo novo Governo para dinamizar o mercado da habitação, mas que acaba por "criar em 2024 um regime dual".

Na prática, "esta diferença acaba por trazer complexidade ao sistema, dificultando a vida aos contribuintes, mas também à própria Autoridade Tributária", refere Luís Nascimento, fiscalista da consultora Ilya. Além disso, acrescenta, "não faz sentido anunciar um determinado objetivo e depois não lhe dar efeito retroativo ao início do ano para abranger todas as situações" sustenta o especialista.

Quem vendeu a casa até dia 10 fica sujeito às regras antigas; quem vendeu a partir de 11 já beneficia das novas.

O regime em causa prevê que os ganhos da venda de casa própria beneficiem de isenção de IRS quando sejam utilizados para comprar nova habitação, também para morada da família. Até agora exigia-se, porém, que o contribuinte tivesse residido na habitação que estava a vender por um período mínimo de dois anos, devidamente comprovados através da morada fiscal. Com as alterações introduzidas pelo atual Governo, através de um decreto-lei autorizado pelo Parlamento e publicado na semana passada em Diário da República, os dois anos são reduzidos para 12 meses, o que facilita a vida a quem deseja mudar de casa mais cedo.

Por outro lado, cai uma restri-

Sérgio Lemos

ção que existia até agora, segundo a qual o regime fiscal do reinvestimento de mais-valias de habitação própria não se poderia aplicar se o contribuinte tivesse já beneficiado dele nos três anos anteriores. Com menos essa restrição temporal, torna-se mais fácil a mobilidade das famílias.

Todas essas alterações "são positivas", sublinha Luís Nascimento, mas "não faz sentido manter em simultâneo, no mesmo ano, dois regimes diferentes", insiste.

Ora, uma vez que "o evento tributário ocorre no momento da venda da casa", a lei que se lhe terá de aplicar será a que estiver em vigor nesse momento, explica. Por outras palavras, à data da alienação fixa-se o quadro jurídico que se lhe aplica e será em função disso que os contribuintes terão, no ano seguinte, de preencher a sua declaração de IRS. Quem vendeu até 10 de setembro terá de ter vivido na casa por dois anos, caso contrário não poderá beneficiar do regime, enquanto que quem tenha vendido após 12 de setembro só terá de contabilizar um ano. E o mesmo quanto à regra que impedia o regime se este tivesse sido usado nos últimos três anos e que desaparece.

Opções diferentes no mesmo diploma

"Se o Governo quisesse que as novas regras se aplicassem a todas as transações do ano, deveria tê-lo deixado claro no diploma e, aliás, fê-lo expressamente para as outras alterações nele previstas", lembra também Luís Nascimento.

Com efeito, o decreto-lei publicado a 10 de setembro em Diário da República inclui mais alterações à lei: revoga a contribuição Extraordinária sobre o Alojamento Local (CEAL) e também uma regra do código do IMI que penalizava os imóveis usados no alojamento local, travando a aplicação do coeficiente de vetustez (que varia em função da idade do prédio) no cálculo do respetivo valor patrimonial tributário, para efeitos de IMI.

Nestes dois casos, o Governo inclui uma norma sobre produção de efeitos, explicitando que as duas revogações produziriam efeitos a 31 de dezembro de 2023. Dessa forma fica afastada qualquer hipótese de cobrança da CEAL em 2024 e o IMI deste ano, a ser cobrado em 2025, também deverá ter já em conta, sempre que se justifique, a nova regra em matéria de coeficiente de vetustez.

Num primeiro momento houve até um erro, já que o diploma falava em produção de efeitos a dezembro de 2024, mas o Ministério das Finanças veio entretanto reconhecer que havia um lapso, tendo a respetiva retificação sido publicada logo a 13 de setembro. E a retificação continuou a nada referir sobre a aplicação no tempo das regras sobre as mais-valias imobiliárias.

Refira-se ainda que a jurisprudência de tribunais superiores tem defendido que o facto tributário, no caso das mais-valias, ocorre no momento da alienação. E tem sido também esse o entendimento seguido pela Autoridade Tributária, até em matéria de mais-valias imobiliárias.

"Com este regime dual gera-se uma margem de incerteza muito grande", além de que "foi criada uma perceção no contribuinte que, afinal, não teve tradução literal na opção do legislador", remata Luís Nascimento.

O Negócios contactou o Ministério das Finanças sobre esta opção, mas não obteve resposta até ao fecho desta edição. ■

CEAL revogada com efeitos a 2023

O Governo avançou com a revogação da Contribuição Extraordinária sobre o alojamento Local (CEAL), mas o diploma, publicado na semana passada em Diário da República, acabou por trazer uma surpresa, ao estabelecer que a revogação produzia efeitos a 31 de dezembro de 2024. Dessa forma, os proprietários de unidades de alojamento local seriam obrigados a suportar a CEAL ainda em 2024, ao contrário do que estava previsto e vinha a ser anunciado pelo Executivo. O Governo veio, no entanto, explicar que tinha havido um lapso e o mesmo foi já corrigido, com uma declaração de retificação publicada no jornal oficial na passada sexta-feira, 13. A revogação da CEAL produz mesmo efeitos a 31 de dezembro de 2023, o que significa que esta nova contribuição, criada com o programa Mais Habitação e que seria este ano cobrada pela primeira vez, na prática nunca sairá do papel.

Se o Governo quisesse que as novas regras se aplicassem a todas as transações do ano, deveria tê-lo deixado claro no diploma e, aliás, fê-lo expressamente para as outras alterações nele previstas.

LUÍS NASCIMENTO
Fiscalista da Ilya

Tome nota

O que muda no regime do reinvestimento de mais-valias

O Mais Habitação tinha colocado novos entraves ao regime do reinvestimento de mais-valias da venda de casa própria que foram agora revogados.

TEMPO DE HABITAÇÃO NA CASA PASSA DE 24 PARA 12 MESES
O prazo mínimo de detenção de um imóvel para que os contribuintes possam beneficiar de isenção de IRS sobre as mais-valias obtidas com a sua alienação passar de 24 meses para apenas 12. Este regime só se aplica quando está em causa a alienação da casa de habitação própria e permanente e é preciso que o contribuinte tenha nela a sua residência fiscal. O prazo que agora passa a ser de 12 meses conta-se a partir do momento em que a morada respetiva é registada nas Finanças.

CIRCUNSTÂNCIAS EXCECIONAIS PODEM ENCURTAR O PRAZO
Se o prazo dos 12 meses não for observado, o regime poderá ainda aplicar-se caso isso tenha acontecido "devido a circunstâncias excecionais". A nova lei especifica que se considerarão circunstâncias excecionais, "nomeadamente", "as alterações da composição do respetivo agregado familiar por motivo de casamento ou união de facto, dissolução do casamento ou união de facto, ou aumento do número de dependentes". Como a enumeração não é taxativa, o contribuinte pode invocar outras situações que considere excecionais, podendo depois a AT aceitar ou não.

REGIME PODE SER USADO MAIS DO QUE UMA VEZ NO PRAZO DE TRÊS ANOS
A lei antiga previa que, para beneficiarem da isenção de IRS sobre a venda da casa, os contribuintes não podiam ter já beneficiado desse regime de exclusão "no ano da obtenção dos ganhos e nos três anos anteriores". Essa norma desapareceu com o diploma agora publicado, o que significa que as mudanças de casa, com venda e reinvestimento, poderão acontecer a todo o tempo. Até agora, refira-se, este impedimento só era ultrapassado se o sujeito passivo comprovasse que tinha havido "circunstâncias excecionais", o que deixava um amplo espaço de manobra à AT para aceitar ou não a justificação que lhe fosse apresentada.

CORRUPÇÃO

"Cunha" é mais tolerada e vista como importante para "subir na vida"

Estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos mostra forte tolerância da população ao favorecimento com base nas relações pessoais. Face à corrupção, Portugal é "intransigente" e "falso moralista" em doses praticamente iguais.

MARIA CAETANO
mariacaetano@negocios.pt

Miguel Baltazar

A ideia de que "para subir na vida é importante conhecer as pessoas certas" recebe forte concordância.

Entre as práticas associadas a corrupção, a "cunha" é vista com forte tolerância no país, com o uso das conexões pessoais ou profissionais para obter vantagens a mal passar o limiar daquilo que, a nível nacional, é considerado condenável. Em grande medida, o mecanismo é visto, não como obstáculo à valorização do mérito, mas como algo determinante para a mobilidade social, mostra um novo estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Um novo barómetro da fundação, divulgado esta segunda-feira, testa as perceções e atitudes nacionais relativamente à corrupção, mostrando que, apesar de esta ser percecionada como um fenómeno grave, bastante generalizado e combatido de forma ineficaz, há práticas sociais tendencialmente mais toleradas, e outras sobre as quais há maior intransigência.

No estudo, que inquiriu 1.101 pessoas em março e abril (com os indivíduos com 55 ou mais anos a terem um maior peso na amostra, de 45,5%), os inquiridos foram chamados a avaliar vários cenários concretos e, numa escala de 0 a 10, indicarem se os classificariam como corrupção.

Assim, por exemplo, um indivíduo escrever a um colega de faculdade, sócio de um escritório de advogados, para que este admita a sua filha como estagiária, recebe larga complacência, com uma média de meros 5,1 pontos nas avaliações feitas. Também o fenómeno das "portas giratórias" (assumir um cargo numa entidade que se favoreceu antes, por exemplo, num cargo político) merece relativamente maior tolerância (6,7), assim como a ideia de contornar as regras (7,0), por exemplo, apresentando uma morada falsa para colocação de um filho na escola.

De uma forma geral, o que é classificado no estudo como formas de "corrupção paroquial" recebe menor censura, com exceção para a ideia de "puxar de cordelinhos". No exemplo dado, um indivíduo contacta o pai, reitor de uma universidade, para falar com o diretor do hospital universitário sobre a possibilidade de realização de um transplante urgente e de elevado custo à filha de um cliente estrangeiro. O cenário é dos mais condenados (8,3), apenas atrás do abuso de informação privilegiada (8,6) no qual, por exemplo, uma empresa teria vantagem num concurso público ao aceder a informação confidencial.

O abuso de poder (7,5) e o tráfico de influência (8,2), enquanto práticas de corrupção de mercado, também estão entre as mais censuradas, assim como a manipulação de processo legislativo (7,8).

A ideia de a "cunha" estar no limiar do que é socialmente aceite fica evidente também pelo facto de, em média, haver uma perceção elevada de que "para subir na vida é importante conhecer as pessoas certas" (7,9 pontos, novamente, numa escala de zero a 10) ou ainda de que, "em Portugal só se fazem bons negócios se tivermos conexões políticas" (6,7).

Na tipificação do estudo, aliás, o perfil de inquiridos que condenam a corrupção, mas não entendem enquanto tal esses atos quando há benefício para a comunidade ("falsos moralistas"), encaixa em 32% dos respondentes, quase a par com os "intransigentes", para os quais os resultados não justificam os meios (34%).

A integridade não deixa de ser, porém, largamente apreciada: é a segunda maior qualidade que um político deve ter para receber o voto dos inquiridos, logo atrás da orientação ideológica. A reputação do campo político, porém, é fortemente penalizada por uma associação dos inquiridos a maior vulnerabilidade à corrupção. A ideia de que a política só atrai pessoas que procuram obter benefícios particulares às custas do bem comum recebe um nível de concordância de 6,7.

Além dos partidos políticos e das autarquias, segundo e terceiro campos nos quais os inquiridos entendem que é maior a incidência de corrupção (7,5 pontos), só os clubes de futebol (8,1) estão pior. Já as forças de segurança (5,3), setor social (6,1) e as empresas (6,4) aparecem com a melhor reputação neste domínio junto daqueles que foram ouvidos no barómetro. ■

TOLERÂNCIA À CORRUPÇÃO "PAROQUIAL"

Até que ponto considera que esta situação é corrupção? (0= não é corrupção; 10= é corrupção)

Com exceção para situações em que se recorre a alguém com poder para "mexer cordelinhos", o grau de tolerância dos inquiridos do barómetro é maior à chamada corrupção "paroquial", que inclui o recurso à "cunha" ou o contornar das regras para obter vantagens. As práticas que viciam o mercado, como o abuso de informação privilegiada, são as mais condenadas.

Fonte: FFMS

ZONA EURO

Queda na produção industrial é mau prenúncio para 3.º trimestre

Depois de os dados da Alemanha, Eurostat concluiu que a produção industrial caiu 0,3% em julho. Analistas dizem que dado indicia um arranque fraco do terceiro trimestre e avisam que falta de competitividade do setor veio para ficar.

SUSANA PAULA
susanapaula@negocios.pt

Wolfgang Rattay/Reuters

Produção automóvel foi a que mais caiu na Alemanha em julho.

A produção industrial na Zona Euro caiu 0,3% em julho face ao mês anterior, com os analistas a admitirem que pode prejudicar o crescimento (que já se espera fraco) no terceiro trimestre. E avisam que as quebras na indústria vieram para ficar.

Segundo os dados divulgados na sexta-feira pelo Eurostat, a produção industrial na Zona Euro caiu 0,3% em julho quando comparado com o mês anterior e 2,2% em termos homólogos. A produção da indústria caiu nos bens intermediários, nos bens de capital e nos bens de consumo duradouros. Subiu apenas nos bens energéticos e nos não duradouros.

O gabinete europeu de estatística mostra ainda que Malta, Estónia e Roménia foram os países onde a produção industrial mais caiu (5,5%, 48% e 3,4%, respetivamente).

Mas o destaque vai para a Alemanha, o motor da economia europeia. Já era conhecido que a produção industrial alemã tinha caído em julho, mas o Eurostat agora confirma o recuo, que foi de 3% face ao mês anterior. Também em Portugal a produção industrial diminuiu 1,1% (embora com menor impacto para a economia da Zona Euro).

"Os indicadores não mostram uma reviravolta, e esta quebra agrava o receio de abrandamento económico na Zona Euro", afirma Bert Colijn, do ING. Os inquéritos mostram-se fracos para a indústria, o que sugere que as contrações se mantenham. "Isto significa que a economia da Zona Euro permanece dependente do crescimento do setor dos serviços para manter a recuperação económica", afirma.

Os primeiros dois trimestres do ano foram melhores do que o esperado, mas a recuperação pode ter sido de pouca dura. "Com uma indústria em queda, uma taxa de crescimento de 0,3% pode ser o máximo que podemos esperar num futuro próximo", avisa Bert Colijn. Recorde-se que, na quinta-feira, o BCE reviu em baixa as estimativas para o crescimento da Zona Euro para 0,8% no conjunto do ano (o que implica um crescimento de 0,2% no terceiro e no quarto trimestres).

Para os analistas, que já estavam preocupados com a situação na Alemanha, os dados de sexta-feira vêm por lenha na fogueira.

Problemas na indústria da Zona Euro são também estruturais, dizem analistas.

As perdas no setor industrial não são nada de novo – a tendência de queda começou em setembro de 2022 –, mas enquanto parte das redução pode ser explicada por efeitos cíclicos, relacionados com as condições de financiamento restritivas, o choque energético e uma procura enfraquecida, "o setor também enfrenta dificuldades estruturais", afirma Jack Allen-Reynolds, da Capital Economics.

"O problema chave é que a indústria da Zona Euro está a perder competitividade", acrescenta. E, avisa o analista, "é pouco provável" que a competitividade "aumente significativamente nos próximos anos".

Isto porque a maioria das empresas admite que perdeu competitividade já antes da pandemia e a tendência acelerou nos últimos dois anos. Segundo uma análise da Capital Economics, a Europa parece estar a perder terreno em setores de baixa tecnologia – como a alimentação e os têxteis – e a ganhar em setores de alta tecnologia, como as farmacêuticas, computadores e equipamento eletrónico. "Mas mesmo nesses setores o produto tem estado estagnado nos últimos anos", nota. ■

NUMEROLOGIA

2.500
REUNIÕES
número de reuniões semanais que o executivo europeu realizou em mais de 60 anos.

800
INVESTIMENTO
A UE deve investir mil milhões de euros por ano para recuperar terreno face aos concorrentes.

30%
PIB
A disparidade entre UE e EUA em relação ao PIB aumentou de cerca de 15% em 2002 para 30% em 2023.

Os passos que vão ser dados até ter um novo executivo comunitário

Em Bruxelas, o período entre a rentrée da política europeia e o final do ano anuncia-se em modo de transição e movimentado. Arrancou o complexo processo de formação do novo executivo comunitário e no Conselho Europeu os gabinetes de Charles Michel e de António Costa já estão em contactos para preparar a passagem de testemunho, a 1 de dezembro. Na frente económica, o relatório Draghi agita as águas da rentrée.

VASCO GANDRA
em Bruxelas

Ursula von der Leyen procura a aprovação do seu segundo executivo europeu. O colégio de comissários, um órgão que celebrou na quarta-feira passada a sua reunião semanal número 2.500 em mais de 60 anos de existência, está no centro do poder comunitário e a sua formação costuma enfrentar vários obstáculos. O primeiro é a atribuição das pastas aos comissários indicados pelos governos. Uma distribuição que obedece a equilíbrios de género, entre Estados-membros e entre famílias políticas, com várias pastas a serem cobiçadas pelos governos. Von der Leyen deverá apresentar esta terça-feira a estrutura da futura Comissão à conferência de líderes do Parlamento Europeu.

Depois, os comissários designados deverão passar pelas famosas audições, perante a comissão parlamentar da sua área temática, uma espécie de "exame" político em que apresentam a sua visão e respondem a questões dos eurodeputados. É um teste exigente e no passado alguns candidatos "chumbaram". Após esta fase, a equipa de comissários é submetida ao voto do plenário e nomeada pelo Conselho Europeu.

Este último órgão também vive por estes dias em modo de transição. Os gabinetes do atual presidente do Conselho, Charles Michel, e do presidente eleito, António Costa, "já estão em contacto para a transferência de informação", confirmou fonte do Conselho ao Negócios. Desde o início de setembro que António Costa dispõe do apoio de um determinado número de funcionários da sua equipa de transição para preparar o futuro mandato. Integram a atual equipa o chefe de gabinete e ex-representante permanente de Portugal junto da UE, Pedro Lourtie, e o chefe de gabinete adjunto e diplomata, David Oppenheimer.

Olivier Hoslet/EPA
Ursula von der Leyen deverá apresentar esta terça-feira a estrutura da futura Comissão Europeia.

Órban e Trump

Além das audições dos comissários, outro momento promete animar a rentrée parlamentar já esta semana. Viktor Orbán estará, em Estrasburgo, para debater com os eurodeputados as prioridades da presidência húngara do Conselho da UE. Prevê-se uma sessão tensa. Muitos no Parlamento não apreciam o registo do governo húngaro em matéria de Estado de Direito e de política migratória nem as suas controversas visitas a Moscovo e Pequim, para encontros com Putin e Xi Jinping, em auto designadas "missões de paz".

Momento marcante promete ser o desfecho da corrida presidencial nos Estados Unidos, seja qual for o resultado. Mas uma eventual vitória de Donald Trump deixa muitos em ansiedade, em várias capitais europeias, por um eventual reposicionamento de Washington face aos aliados, à guerra na Ucrânia e à política comercial.

Relatório Draghi agita águas

Na frente económica, o debate da rentrée está a ser agitado pelo relatório de Mario Draghi sobre o futuro da competitividade da UE que provocou muitas reações divergentes. O bloco comunitário está a perder terreno face aos concorrentes – Estados Unidos e China – nos domínios da produtividade, investimentos e inovação. Draghi sugere investimentos na ordem dos 800 mil milhões de euros por ano, uma nova estratégia industrial e a emissão de dívida conjunta para projetos de defesa e inovação, entre outros.

Preconiza também avanços na União dos Mercados de Capitais, um dossiê a que os líderes europeus prometeram dar prioridade. O escasso crescimento económico na UE e na zona euro e a abertura de procedimentos por défice excessivo a França, Itália e mais cinco países continuarão a mover os debates nos próximos meses. ■

Cofinanciado pela União Europeia

Programa Europa Viva. Domingo, às 11h25, na CMTV. Conteúdos podem ser consultados em Europa Viva, no site do Negócios

EMPRESAS

AUTOMÓVEL

Governo quer simplificar regras para carregar elétricos

Até ao fim de novembro será publicado o novo Regulamento da Mobilidade Elétrica, garante a secretária de Estado Cristina Pinto Dias. A lei, que está a ser preparada com contributos da Autoridade da Concorrência, da ERSE e do setor, trará regras mais simples para carregar veículos e uma maior abertura do mercado a novos operadores.

BÁRBARA SILVA
barbarasilva@negocios.pt

O Governo está a rever profundamente o Regulamento da Mobilidade Elétrica em Portugal, com novas regras que deverão ser conhecidas até ao final de novembro, revelou ao Negócios a secretária de Estado da Mobilidade, Cristina Pinto Dias. "O modelo atual é demasiado complexo e envolve muitos intervenientes. Há que simplificar os processos e abrir o mercado. Vamos legislar para que esta abertura seja suave, controlada, por forma a garantir a acessibilidade à mobilidade elétrica a todos os portugueses", disse a governante.

Esta segunda-feira assinala-se o início da Semana Europeia da Mobilidade 2024, com o Governo a prometer já para os próximos dias novidades sobre novos apoios do Fundo Ambiental à compra de carros elétricos, que este ano têm estado congelados, sem indicação de quando poderão regressar.

"Gostaria muito que daqui por cinco anos fosse tão fácil carregar um veículo elétrico como é hoje é abastecer numa bomba de combustível", afirma a secretária de Estado. Para isso, promete mais simplicidade na hora de carregar as baterias dos veículos elétricos. "Hoje é preciso obrigatoriamente ter um contrato com um comercializador de eletricidade para a mobilidade elétrica. A nossa ideia é simplificar e democratizar este processo", disse Cristina Pinto Dias, sem dar mais detalhes sobre a nova lei. "Não temos muito tempo, se queremos cumprir as metas. Estamos a trabalhar e eu diria que até ao final de novembro vamos ter novidades".

Os dados do IMT mostram que existem na rede de uso público em Portugal 5.252 postos de carregamento, a maioria semirrápidos.

Quando chegou à sua nova mesa de trabalho, no Ministério das Infraestruturas e Habitação (no anterior governo, a mobilidade estava sob a alçada do Ambiente e Transição Climática), a secretária de Estado encontrou a análise da Autoridade da Concorrência ao mercado português da mobilidade elétrica, e respetivas recomendações para o novo regulamento, bem como um conjunto de sugestões da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos. Além disso, a tutela já pediu contributos às restantes "partes interessadas" – como os operadores de postos de carregamento, comercializadores de eletricidade, e utilizadores de veículos elétricos.

Outra alteração que o Governo quer introduzir diz respeito aos postos de carregamento. "Há concessões atribuídas e o Estado respeita a lei. Se o contrato está em vigor, vai continuar a ser cumprido. Mas um dos alertas que vamos ter de colocar na nova legislação é ter cuidado com estes contratos a 15 e a 20 anos, sem impedir, ainda assim, que os investidores tenham garantia de retorno", ressalvou a governante, que considera a insegurança do carregamento "o aspeto mais crítico na mobilidade elétrica em Portugal".

Quanto às metas para o crescimento da rede de postos de carregamento, a secretária de Estado não tem números para partilhar, tendo em contra a entrada em vigor em abril de 2024 do regulamento europeu AFIR (Alternative Fuels Infrastructure Regulation), que prevê que exista um posto de carregamento de 60 em 60 quilómetros.

Já o Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC 2030) aponta para um peso de 29% das energias renováveis nos transportes, graças aos biocombustíveis e mobilidade elétrica. "Temos ainda de conciliar as metas nacionais com as metas do

Apoios à compra de carros a baterias vão regressar?

Depois do orçamento do Fundo Ambiental para 2024 ter sido feito pelo PS sem verbas para ajudar à compra de elétricos, o Executivo de Montenegro vai revelar esta semana qual será o futuro destes apoios.

João Cortesão

Gostaria muito que daqui por cinco anos fosse tão fácil carregar um veículo elétrico como é hoje abastecer numa bomba de combustível.

Hoje é preciso ter um contrato com um comercializador de eletricidade para a mobilidade elétrica. A nossa ideia é simplificar e democratizar este processo.

CRISTINA PINTO DIAS
Secretária de Estado da Mobilidade

próprio AFIR", explicou a secretária de Estado. Hoje, a rede pública tem pouco mais de 5.200 postos de carregamento (que equivalem a cerca de 9.200 pontos e 11.089 tomadas), segundo o Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT).

Já sobre os preços da energia elétrica para a mobilidade (que todos os anos são definidos pela ERSE), Cristina Pinto Dias diz que o novo regulamento está a contar também com o contributo dos "colegas" do Ministério do Ambiente e Energia. "Os utilizadores têm de saber o que pagam e porque pagam. E não apenas um valor global que não sabem ao que equivale. É preciso mais transparência", defendeu. Questionada sobre se a eletricidade usada nos carros é cara, a governante não se quis pronunciar, mas garantiu que "o Governo está atento". "Estamos sempre a falar do bolso dos contribuintes, que é muito pequenino", rematou. ■

O anúncio sobre o futuro dos apoios do Fundo Ambiental para a compra de veículos 100% elétricos está previsto para os próximos dias em que se assinala a Semana Europeia da Mobilidade 2024, apurou o Negócios junto de fonte governamental. Isto depois de o Governo ter dado o dito pelo não dito – anunciando primeiro estar a "ponderar as prioridades em relação aos apoios a atribuir", usando a verba remanescente do Fundo Ambiental para 2024 (64,3 milhões de euros), e dizendo mais recentemente que afinal as ajudas só poderão ser retomadas no orçamento do próximo ano.

Em 2023, foram atribuídos 5,2 milhões de euros só em apoios à compra de veículos ligeiros de passageiros 100% elétricos (híbridos e outros não estão incluídos). No entanto, em maio desde ano o Fundo Ambiental informou no seu site: "O incentivo à aquisição de veículos de emissões nulas não se encontra previsto no orçamento para 2024". No ano passado, as ajudas foram de 4.000 euros por carro (com um valor até 62.500 euros), com um teto máximo de 1.300 incentivos concedidos. Para ligeiros de mercadorias, também 100% elétricos, a verba foi de apenas 900 mil euros, equivalentes a 150 incentivos de 6.000 euros, com um máximo de um carro para famílias e dois carros para empresas.

Em 2024, nenhum dos 26.549 carros ligeiros (de passageiros) movidos apenas a baterias que foram vendidos até agora em Portugal (16,2% do total) tiveram direito ao respetivo incentivo à aquisição de veículos de emissões nulas. Os números da Associação Automóvel de Portugal (ACAP) mostram que até ao final de agosto foram vendidos 53.248 carros a gasolina (32,5%), 32.256 a gasóleo (19,7%), 23.329 híbridos elétricos (14,2%) e 18.394 "plug-in" (11,2%).

5,2
FUNDO AMBIENTAL
Dos 10 milhões de euros do Fundo Ambiental para mobilidade verde (incluindo bicicletas e motas) em 2023, 5,2 milhões foram para 100% elétricos.

4.000
AJUDA POR CARRO
O Fundo Ambiental atribui um auxílio de 4.000 euros por cada carro 100% elétrico comprado, até 62.500 euros. Em 2023 foram 1.300 incentivos atribuídos.

Olhando apenas para o primeiro semestre deste ano, foram vendidos 19.214 veículos 100% elétricos (16,5% de quota de mercado), mais 12,5% do que os 17.074 em igual período do ano passado, segundo dados da Associação de Utilizadores de Veículos Elétricos (UVE). Tesla, Volvo, BMW, BYD e Mercedes Benz são as marcas preferidas na mobilidade 100% elétrica.

Considerando também os "plug-in", nos primeiros seis meses do ano foram matriculados 33.432 veículos, mais 14% do que os 29.314 de 2023. Isto representa uma quota de mercado de quase 29%, só superada pela gasolina, que ainda domina (39,5%). Já os híbridos correspondem a uma quota de mercado de 15,8%.

A UVE sublinha que junho foi o mês com o maior valor no primeiro semestre: 8.304 veículos novos e importados usados vendidos (5.351 totalmente elétricos e 2.953 híbridos plug-in), um crescimento de 10% em relação a 2023. Antes disso, março tinha sido o melhor mês, com a venda de 8.161 elétricos. "Os finais dos trimestres têm trazido bons valores para o mercado nacional", refere a associação.

Também em junho, as vendas de veículos novos e importados usados registam um aumento significativo nos 100% elétricos, com mais 808 veículos vendidos do que no mês anterior. Ou seja, um aumento de 23,47% relativamente ao mês de maio. "A manter-se esta tendência, bem como as taxas de crescimento atuais, cremos que o intervalo dos 45.000 a 50.000 veículos vendidos poderá ser atingido no final de 2024", prevê a UVE, sublinhando que "as inaugurações mensais de pontos de carregamento continuam em valores interessantes, mas será necessário aumentar o seu ritmo de instalação e ligação". ■

BÁRBARA SILVA

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Jerónimo Martins reforça braço agroalimentar no campo da fruta

Dona do Pingo Doce aumentou a participação de 50 para 80% na Supreme Fruits, "joint-venture" com o Grupo Nuvi, de Luís Vicente, e passou a deter 100% da Outro Chão, depois de comprar os 20% detidos pelo proprietário da Herdade Vale da Rosa.

DIANA DO MAR
dianamar@negocios.pt

Inês Gomes Lourenço

Além das frutas e vegetais, a Jerónimo Martins Agroalimentar, liderada por António Serrano, tem mais três áreas de negócio.

O braço agroalimentar da Jerónimo Martins foi às compras nos primeiros seis meses do ano, reforçando a sua posição no capital de duas empresas dedicadas à produção de fruta. Em março, adquiriu 20% do capital da Outro Chão – Agricultura Biológica, passando a deter 100% e, em junho, elevou a sua participação de 50 para 80% na Supreme Fruits.

Ao Negócios, fonte oficial da Jerónimo Martins Agroalimentar (JMA) separa as águas, apontando, desde logo, que as duas aquisições – mencionadas no relatório e contas consolidado do primeiro semestre, recentemente publicado – são "bastante distintas". "O único aspeto comum é que traduzem a recetividade, da nossa parte, à iniciativa e vontade vendedora expressa pelos nossos parceiros", explica, assinalando, sem concretizar valores, que "nenhuma representou um investimento com materialidade suficiente para a Jerónimo Martins para ser reportado individualmente".

Criada em 2020, a Outro Chão marcou a entrada da JMA na agricultura biológica, surgindo como o fruto de uma aliança com o empresário António Silvestre Ferreira, dono da Herdade Vale da Rosa, em Ferreira do Alentejo, que ficou particularmente conhecida pela produção de uvas sem grainha. "A principal motivação para a alienação por parte do nosso então parceiro decorreu da estratégia de financiamento do seu negócio 'core'", explica fonte oficial da JMA, dando conta de que a sociedade, com uma área de sensivelmente 120 hectares de produção, "teve este ano, já depois da transação, a sua campanha comercial de uvas 100% biológicas.".

> **120**
> **UVAS BIOLÓGICAS**
> A Outro Chão conta com 120 hectares de área de produção. Teve este ano a primeira campanha comercial de uvas 100% biológicas.

Já a Supreme Fruits nasceu, em 2023, da decisão da dona do Pingo Doce e do Grupo Luís Vicente, a unidade dentro do Grupo Nuvi dedicada à produção e comercialização de fruta e produtos hortícolas, de unirem forças na produção de fruta de caroço, como ameixas e pêssegos, e mandarinas.

Essa "joint-venture" juntou assim duas das maiores fortunas de Portugal (a de Soares dos Santos e a de Luís Vicente, dono da Refriango e da Kinda Home), tendo a Jerónimo Martins investido 7 milhões de euros na nova empresa conjunta, à luz de dados publicados então. Agora, passa de uma participação de 50 para 80%. "A motivação do nosso parceiro para a alienação de parte da sua participação decorre da sua estratégia de reestruturação do portefólio de negócios, que passa pelo reforço da prioridade dada aos investimentos que o seu grupo tem em várias geografias fora de Portugal", explica a mesma fonte da JMA, indicando que a Supreme Fruits, com cerca de 200 hectares, "ainda não teve produção relevante".

A JMA foi criada em 2014, com o objetivo de "salvaguardar a capacidade de as companhias de retalho alimentar do grupo se abastecerem diretamente de produtos estratégicos, garantindo segurança alimentar e disponibilidade". Liderada pelo ex- ministro da Agricultura António Serrano, conta com quatro áreas de negócio: laticínios; agropecuária (produção de bovinos, ovinos e de leite) ; aquacultura (robalo e dourada); e fruta e vegetais (uva sem grainha e laranja, ambas biológicas, frutos de caroço e mandarina). ■

RETALHO

Amaral "arregimenta" minoritários do DIA para forçar mudanças do "board"

Empresário português lidera coligação de pequenos acionistas preocupados com a "subvalorização" do grupo espanhol. Além de um representante no "board" reclamam medidas para travar "queda livre" do preço das ações.

Luís Amaral, que detém cerca de 2,2% do DIA, por via da Western Gate, está a "arregimentar" outros acionistas minoritários para forçar mudanças do "board" e travar a "queda livre" do preço das ações do grupo espanhol. Depois de batalhar sozinho (e em vão), decidiu lançar uma coligação para pressionar o conselho de administração a "melhor representar os interesses" de outros que, como ele, possuem pequenas participações no DIA.

Este ano, a empresa saiu de Portugal (após vender o Minipreço à Auchan) e do Brasil (cuja operação alineou pelo "preço simbólico" de 100 euros) para se centrar em Espanha e na Argentina.

Denominada "Valuing DIA" ("valorizando o DIA"), a coligação, liderada pela Western Gate, pretende "uma maior transparência, uma melhor representação dos acionistas minoritários e uma melhoria significativa do envolvimento das partes interessadas da empresa para garantir que o seu potencial é reconhecido pelo mercado através de uma avaliação mais elevada". É que, "apesar da recente reviravolta operacional da DIA", "continua significativamente subvalorizado e o desempenho do preço das suas ações está a definhar atrás dos seus pares".

Desde que o fundo LetterOne (vinculado ao milionário russo Mikhail Fridman) aumentou a sua participação para 74,8% em novembro de 2019, "a avaliação de mercado do DIA diminuiu consistentemente e as ações permanecem, a nosso ver, subvalorizadas", especifica a recém-criada coligação no seu "site". "Os acionistas minoritários estão seriamente preocupados com a falta de envolvimento do DIA com o mercado e com os efeitos prejudiciais que tem tido na avaliação da empresa", reforça, notando que "têm sido envidados poucos esforços para comunicar progressos a potenciais investidores, analistas e ao mercado em geral". "Estamos frustrados porque o conselho de administração do DIA tem, repetidamente, rejeitado as ofertas da Western Gate para trabalharmos em conjunto para melhor promover a recuperação com sucesso da empresa", diz Luís Amaral, citado num comunicado.

Lugar no "board" e prémios em linha com resultados

A coligação reclama que seja nomeado um membro para o conselho de administração com experiência – relevante e recente – no setor para representar os interesses dos acionistas minoritários. Isto porque o atual "board" tem apenas dois membros com experiência no retalho, sendo que nenhum tem experiência superior a dez anos no retalho alimentar nem no de proximidade na Europa, o principal modelo de negócio do DIA, critica.

Além disso, o novo grupo advoga que as remunerações totais do conselho de administração e dos executivos sejam alinhadas com o desempenho do preço das ações. E observa ainda que não só "apoia fortemente" a ideia de que o LetterOne devia considerar vender parte da sua participação para aumentar a liquidez do mercado – o que foi discutida numa reunião, em junho, com a equipa de relações com os investidores, como encoraja o fundo a fazê-lo "o mais rápido possível". "Como coligação, apelamos ao 'board' do DIA para agir no interesse de todas as partes interessadas – e não apenas do acionista maioritário", aponta Luís Amaral, deixando claro: "É altura de a empresa mudar". ■

DIANA DO MAR

AÇÕES

Mais antiga tecnológica cotada diz adeus à bolsa

Viveu o "boom" das dotcom e protagonizou um dos episódios mais marcantes do auge da bolsa nos anos 2000. Mais de 37 anos depois deixa o mercado longe dos valores que chegou a atingir na viragem do século.

DIOGO MENDO FERNANDES
diogofernandes@negocios.pt

É uma saída de cabeça baixa e um "empurrão" para fora da bolsa de Lisboa de uma empresa que viveu o frenesim dos mercados de capitais em Portugal nos anos 1980. Passou a estar cotada nessa década, por decisão da então acionista maioritária, a família Moreira Rato, a 28 de agosto de 1987. É, por isso, a mais antiga tecnológica da bolsa de Lisboa.

Apesar dos mais de 37 anos das ações a piscar no mercado acionista, a sua passagem pelo principal índice nacional, na altura PSI20 e agora PSI, foi curta. Entrou na revisão realizada em janeiro de 2005 – juntamente com a Novabase que reentrou após um breve abandono – e saiu sozinha mais de um ano depois em outubro de 2006. Pelo meio captou o otimismo de investidores e analistas, que esperavam que o sentido da cotação fosse altista. Em março desse ano, o Caixa Banco de Investimento emitiu uma nota em que recomendava "acumular", o equivalente a "comprar". O preço-alvo era de 4,60 euros e, nesse dia, cada ação fechou a valorizar 0,54% até 3,45 euros.

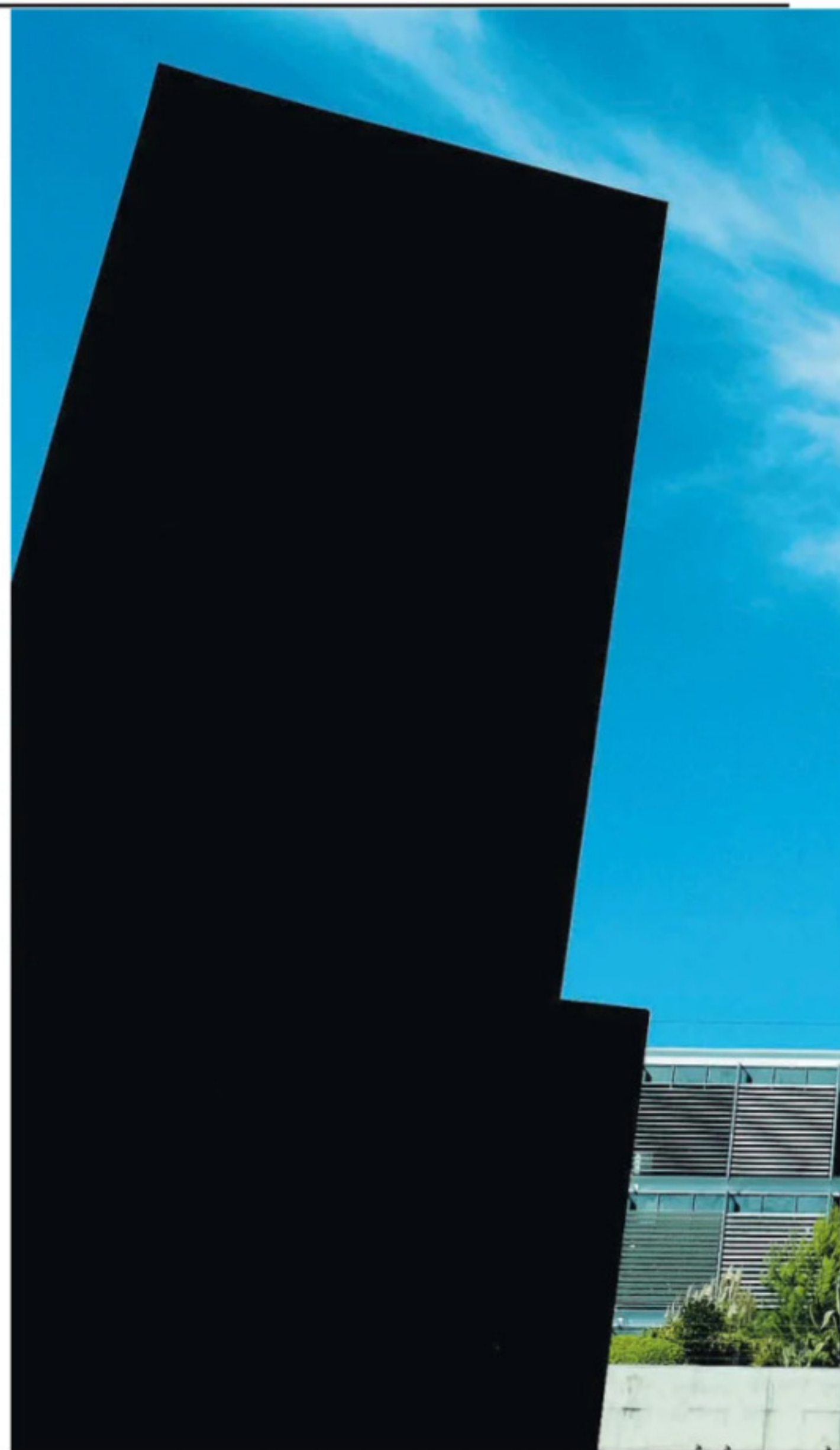
Mas os máximos históricos foram atingidos no ano anterior ao virar do século, num dos episódios mais eufóricos que marcaram os 37 anos da Reditus em bolsa. Em pleno "boom" da tecnologia global, à boleia do crescimento da Internet, as ações da Reditus cresceram quase de 50% nas últimas duas semanas de janeiro de 2000. Contudo, no final desse mês, "a negociação da Reditus foi suspensa devido ao anúncio de uma operação 'harmónio' [de redução e aumento simultâneo de capital] que a empresa ia anunciar", relata Ulisses Pereira, analista independente, no fórum do Caldeirão da Bolsa.

Em fevereiro, "na loucura da bolsa", a Reditus continuava suspensa "com os investidores ansiosos pelo dia em que voltasse a ser cotada no mercado" e antecipavam "uma valorização extraordinária". O resultado foi que durante vários dias "a ação não pôde reabrir porque o sistema estava carregado de milhares de ordens de compra, o que fazia com que a Reditus, caso começasse a negociar, abrisse a ganhar cerca de 2000%", conta.

Na altura, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) obrigou a que todas as ações tivessem preço, o que acabou por "protelar a reabertura das ações por mais dias e fez com que a Reditus apenas reabrisse um mês depois de ter sido suspensa". Uma escolha que, apesar de polémica, o analista apelidou de "a mais sensata que poderia ser tomada". A 1 de fevereiro os títulos valiam 3,19 euros e a 1 de março mais do que quadruplicaram para fechar nos 13,7 euros – o valor mais elevado de sempre.

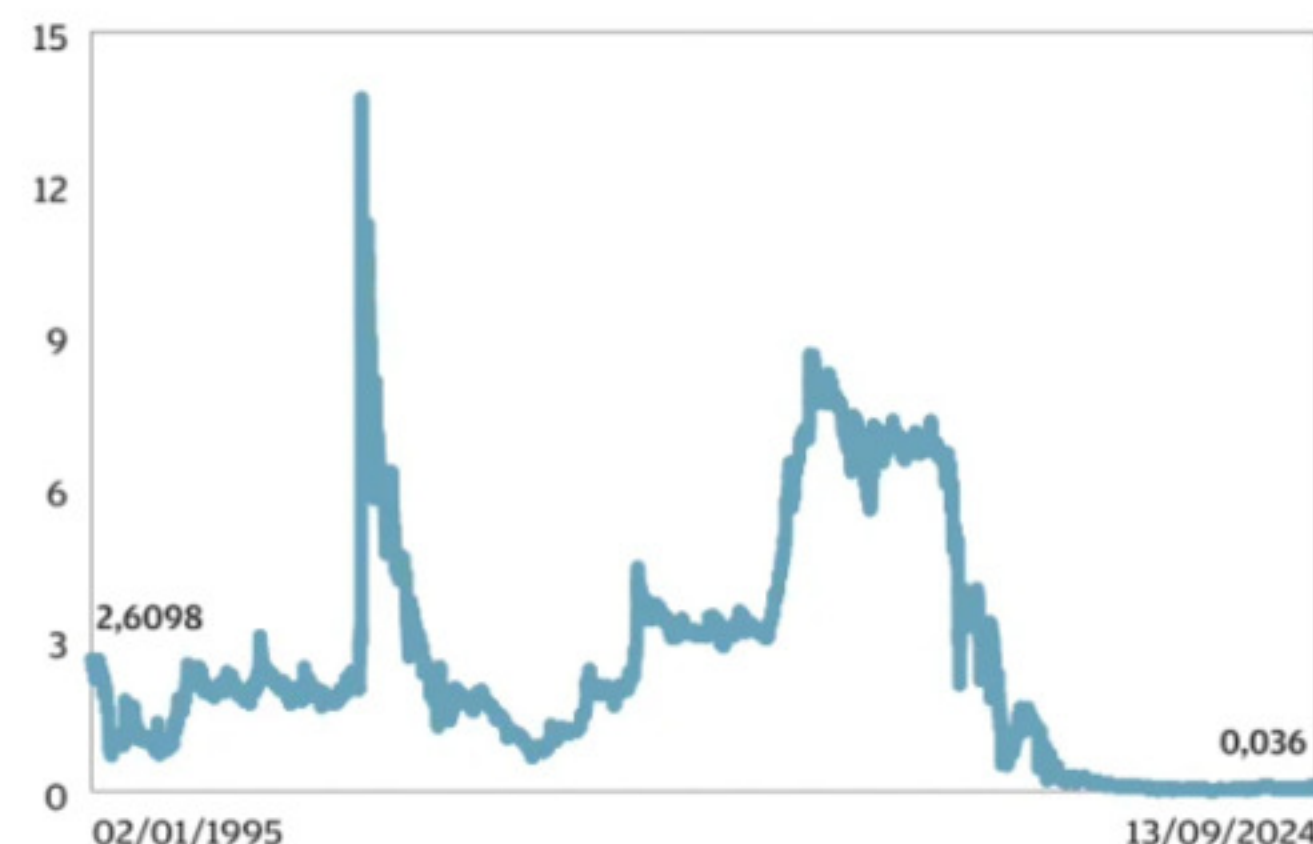
"É curioso como conheci algumas pessoas que a única compra que fizeram até hoje em bolsa foi a de ações da Reditus naquele dia", acrescenta Ulisses Pereira. "Tinham sido semanas sucessivas com os investidores a espalharem a euforia pelos amigos e a convencê-los que a Reditus, por estar suspensa e não beneficiar das subidas ocorridas nessas semanas, seria a melhor compra do mundo e dinheiro garantido". Só que não foi bem assim.

A Reditus iniciou a sessão a ganhar cerca de 150%, atingindo o máximo do dia com uma valorização de 360% e fechando a sessão a ganhar cerca de 230% face à última sessão. "Foi um dia de completa loucura, em que muitos investidores realizaram o melhor negócio da sua vida e muitos realizaram o pior negócio de sempre, comprando ações perto do seu máximo histórico", recorda.

"Apesar do topo da bolsa portuguesa ter sido atingido apenas uns dias depois, essa sessão da reabertura da Reditus fica como o símbolo da euforia e do final de um dos mais explosivos 'bull markets' do nosso mercado", remata Ulisses Pereira.

A saída de bolsa da Reditus, deliberada pela Euronext por incumprimento das

REDITUS AFUNDOU 96% NUMA DÉCADA

Evolução do preço por ação da Reditus, em euros

O valor mais elevado de sempre foi atingido em março de 2000, nos 13,7 euros, ainda antes de ter feito parte do PSI20, entre janeiro de 2005 e outubro de 2006. A partir daí foi quase sempre a descer. A ação está abaixo de um euro desde meados de 2014 e numa década já desvalorizou 96%.

Fonte: Bloomberg

Miguel Baltazar

obrigações pela cotada, não deverá dar direito a uma contrapartida para os atuais acionistas.

Saída de Reditus da bolsa não chega (pelo menos para já) à Justiça

As associações de pequenos investidores estão a acompanhar a saída, esta segunda-feira, da Reditus da bolsa por "decisão da Euronext" – o que não concede o direito a contrapartida financeira aos investidores. No entanto não antecipam, para já, o recurso aos tribunais. "Estamos a acompanhar o caso da Reditus", refere Octávio Viana, presidente da Associação de Investidores e Analistas Técnicos do Mercado de Capitais (ATM). Para já, a ATM ainda não tem em vista qualquer ação judicial ou administrativa, mas Octávio Viana garante que "se forem produzidos danos na esfera dos acionistas" pode analisar a entrada de "eventuais ações". O líder da ATM revela que têm sido suscitadas, por parte de alguns acionistas dúvidas sobre este processo. Já a Associação Portuguesa de Acionistas Minoritários confessa que "são muito poucos" os associados que têm pedido informações sobre este processo. Por sua vez, a Maxyield também "não tem nenhuma referência sobre nenhum associado ligado à Reditus". ■ FCS

13,7

AÇÃO

Após terem estado suspensas por um mês, as ações da Reditus escalaram nos anos 2000 para os 13,7 euros.

99%

DESVALORIZAÇÃO

Desde 2008 os títulos da mais antiga tecnológica da bolsa afundaram mais de 99% e estão abaixo de 1 euro.

ENTRADAS NA BOLSA DE LISBOA NÃO COMPENSAM SAÍDAS

Entradas e saídas da bolsa de Lisboa na última década

O elevado volume de saídas da bolsa de Lisboa na última década não tem sido compensado pelas admissões. Desde 2014 saíram 25 cotadas das quais vários bancos, como o BES, mas também o BPI, o Montepio ou o Santander. Por outro lado, entraram apenas 16, das quais só a Greenvolt veio a integrar o principal índice nacional, o PSI.

	Entradas	Saídas
2014	Espírito Santo Saúde	
2016	Patris Investimentos	Banco Espírito Santo e Banif SA
2017		Cimpor e Montepio
2018	Farminveste, Flexdeal e Raize	BPI, Santander, CIPAN, Luz Saúde, SDC INV e Sumol+Compal
2019	Monumental Residence e Multi 24	Adelphi Gere, Compta, ISA, Oli Sistemas, SAG GEST e Transinsular
2020	Merlin Properties, Olimpo Real Estate e RSR Singular Assets Europe	Fenalu e Sonae Capital
2021	Greenvolt e Ktesios	Sonae Indústria
2022	MACC1X1 e Samba Digital	Copam e Orey Antunes
2023	Atrium Bire	Kitesios Real Estate, Multi 24, Nexponor e Patris
2024	Vila dos Números	Reditus

Fonte: Euronext Lisbon

Reditus namorou os 5 euros até perder 99% desde 2008

A Reditus ainda negociou em torno dos cinco euros até meados de 2014. Mas viria depois a desvalorizar, acumulando uma perda de mais de 99% desde 2008 até agora. Apesar da recente euforia após a apresentação de resultados de 2022 – adiados por numerosas vezes – a ação manteve-se no que tem sido habitual dos últimos anos: abaixo de um euro. Na sexta-feira, o último dia em bolsa, ganhou 20% para 3,6 cêntimos.

O afastamento devido ao "incumprimento das obrigações permanentes", como é descrito no regulamento da gestora da bolsa de Lisboa, foi justamente a razão para a decisão da Euronext. Este cenário acrescenta um revés para os atuais acionistas. É que a probabilidade de existir uma contrapartida é manifestamente reduzida, uma vez que apenas é obrigatória quando se trata de uma saída voluntária, como explicaram os advogados ouvidos pelo Negócios.

Foi em meados de julho de 2021 que os títulos da mais antiga tecnológica da bolsa passaram a estar no compartimento de penalização da bolsa de Lisboa. A justificação foram os sucessivos atrasos de comunicação de informação financeira ao mercado. Os resultados relativos ao exercício de 2021 e 2022 foram adiados várias vezes e estes últimos apenas foram divulgados em meados de agosto. A empresa conta revelar as contas do ano passado 60 dias após aprovação das de 2022 em assembleia geral, o que ainda não aconteceu.

A situação da empresa já era frágil desde esse ano, mas os resultados de 2022 vieram mostrar algumas melhorias. Os lucros triplicaram face ao ano anterior, para 8,7 milhões de euros. No entanto, os analistas salientam que a empresa continua numa situação de falência técnica, com capitais próprios negativos em vários milhões de euros.

Um dos principais aspetos que terá "animado" os investidores foi um recebimento extraordinário, de 37 milhões de euros, de clientes do setor público angolano, valor esse que deverá ter um efeito nas contas de 2023, dado que apenas aconteceu em maio do ano passado. E essa até podia ser uma "luz ao fundo do túnel", não estivesse a despedida marcada para hoje. ■

investidor privado

Da indústria à saúde, ações que sobem com cortes de juros

CARLA PEDRO
cpedro@negocios.pt
JOSÉ TINY
Illustração

Os bancos centrais que iniciaram ciclos de endurecimento da política monetária para combater a elevada inflação começam agora a aliviar os juros diretores. E há setores que saem mais beneficiados em bolsa.

O ano de 2022 foi implacável em matéria de subida dos juros diretores por parte dos grandes bancos centrais. O aumento persistente e quase generalizado da inflação acabou por ganhar ainda mais ímpeto com a invasão da Ucrânia pela Rússia a 24 de fevereiro e as autoridades monetárias agiram com um forte incremento dos juros para tentarem arrefecer as economias – idealmente, sem as mergulhar em recessão.

A meio do ano de 2023, as taxas começaram a estabilizar nos elevados níveis a que tinham chegado, com especial evidência para os Estados Unidos e Europa. E 2024 é o ano do alívio, com os juros a começarem a iniciar uma tendência descendente. O Banco Central Europeu (BCE) cortou as taxas em 25 pontos base em junho, tendo na passada quinta-feira, 12 de setembro, voltado a reduzi-las na mesma proporção. Já a Reserva Federal (Fed) norte-americana prepara-se para iniciar o seu ciclo de alívio monetário esta semana, depois da reunião de dois dias de terça e quarta-feira.

E o que significa, para os vários setores da bolsa, este novo cenário de juros em queda? Um contexto de taxas de juro elevadas tende a influenciar negativamente os preços das ações e os resultados das cotadas, com exceção do setor financeiro. Já a tendência contrária beneficia muitas outras indústrias, sobretudo no caso das empresas que habitualmente distribuem dividendos, como é o caso das "utilities" (água, luz, gás), destaca a Investors Chronicle.

Teoricamente, de facto, juros mais baixos costumam ser boas notícias para as bolsas, já que é dado um impulso à economia, o que também ajuda aos lucros. E significam também custos de financiamento mais baixos, o que alivia o encargo do serviço da dívida por parte das empresas. Por isso, as bolsas tendem a recuperar fôlego.

Desde a década de 1960, houve 85 ciclos de redução de juros nas economias do G10. E, pela análise histórica, as ações de crescimento (títulos que "fabricam" o seu próprio crescimento, como é o caso das tecnologias da informação, e que se espera que cresçam mais do que o mercado em geral) também ficam particularmente bem posicionadas nestes contextos. Mesmo as ações de valor (que negoceiam abaixo do seu real valor, pelo que têm potencial para vir a dar um maior retorno) devem ganhar com esta mudança de direção dos bancos centrais, refere a Investors Chronicle.

Mas não só. "A perspetiva de um contexto macroeconómico mais favorável deverá beneficiar as ações em geral e os setores cíclicos em particular, como é o caso das cotadas do ramo industrial", sublinham Mathieu Racheter e Christian Gattiker, estrategas da gestora de património suíça Julius Baer, numa nota de análise citada pela Morningstar.

Os títulos dos setores cíclicos, mais vulneráveis a determinadas variáveis, como a inflação, taxas de juro e evolução da atividade económica – caso das ações financeiras, industriais e da energia – são assim beneficiados com a expectativa de retoma da economia.

Ações cíclicas, defensivas, de qualidade, de crescimento e de valor. Quais ganham mais?

Por seu lado, os analistas do Deutsche Bank apontam para um clima favorável nos setores químico e mineiro, pelo facto de haver potencial adicional de valorização devido à melhoria da atividade industrial em geral. Sem esquecer as cotadas do setor imobiliário, que sai revigorado com a perspetiva de taxas de financiamento mais baixas.

Já a Schroders, que analisou quais os setores e tipos de mercado de ações que normalmente se saem bem após a primeira descida das taxas, salienta que os setores defensivos (em épocas de incerteza, os investidores preferem títulos com um perfil mais defensivo, como os do imobiliário, "utilities", telecomunicações, bens de consumo e saúde) tendem a ter uma performance superior às ações cíclicas.

Inicialmente, após o primeiro corte de juros, "as ações cíclicas podem sofrer movi-

mentos de venda, em resposta a um cenário de fraco crescimento e inflação. Mas, a determinada altura, são áreas do mercado que se tornam atrativas, à medida que estas ações vão ficando mais baratas e os investidores vão antecipando um 'boost' da atividade económica e dos lucros das empresas", referem a estratega Tina Fong e o economista Ben Read na análise da Schroders a que o Negócios teve acesso.

No entanto, há cotadas que nem chegam a ser grande alvo de venda. "Tanto o setor financeiro como o dos bens de consumo não essenciais têm sido a exceção, já que, por norma, saem-se bem mesmo durante os primeiros meses após a primeira redução de juros", acrescentam. E isto apesar de a banca poder sofrer alguma pressão com o encolher das margens líquidas e um pano de fundo económico sombrio.

E onde fica o setor tecnológico? Também tende a ganhar, no caso das cotadas de elevado endividamento, como acontece com as "big tech", mas tudo depende do segmento de atividade. Isto porque as tecnológicas tanto se encaixam nas ações cíclicas como defensivas, consoante a área em que operam.

Curiosamente, aponta o "research" da Schroders, "o setor tecnológico costuma ter um desempenho abaixo do mercado em geral nos primeiros meses depois de um corte dos juros. Mas a sua performance tem sido negativamente distorcida pelo forte 'sell-off' de que foi alvo quando se deu o estoiro da bolha das dot.com, em inícios de 2000. Sem este período no historial, as cotadas deste setor alcançam retornos positivos quando as taxas de juro são reduzidas".

Para a Schroders, no seu cenário de base relativo ao mercado norte-americano – de não recessão nos EUA e de início de corte de juros pela Fed esta semana –, é provável que as ações de crescimento e de qualidade (com modelos de negócio resilientes e vantagem competitiva sustentável, como as cotadas da saúde, e que tendem a ter bom desempenho nos vários contextos de mercado) tenham bons registos já nesta primeira fase. "Ao mesmo tempo, os setores defensivos, por comparação com os cíclicos, também deverão prosperar num contexto de arranque da descida das taxas de juro", remata a análise da gestora de ativos britânica. ■

Descida de taxas: o que muda se houver recessão

Quando se inicia um ciclo de corte dos juros de referência por parte dos bancos centrais, a economia ganha mais ímpeto, muitas empresas começam a gerar mais lucros com a maior procura pelos seus produtos e serviços e, consequentemente, as bolsas seguem o mesmo caminho. No entanto, há diferenças no desempenho acionista consoante se venha ou não de um cenário de recessão.

Quer isto dizer que o contexto de crescimento económico importa, já que as recessões levam, habitualmente, a um ciclo de flexibilização monetária mais agressivo – embora tenha havido duas exceções, como lembra o estratega Henry Allen do Deutsche Bank: nos anos de 1980, quando o desendurecimento começou com os juros em níveis elevadíssimos; e aquando da Guerra do Vietname, quando a economia dos EUA foi impulsionada por um forte aumento nos gastos em defesa e a inflação voltou, por isso, a disparar.

"Os títulos defensivos tendem a ter melhor desempenho do que os cíclicos quando os cortes de juros surgem durante recessões, já que os investidores procuram áreas de mercado com maior probabilidade de aguentarem o débil ambiente de crescimento e que beneficiem de cortes agressivos", sublinha a Schroders num "research" a que o Negócios teve acesso. Em contrapartida, "títulos mais cíclicos não têm uma performance tão boa nos primeiros três meses após o início dos cortes – mas, um ano depois, tendem a apresentar retornos mais robustos".

Em cenários de recessão, o ciclo de corte de juros tende a revelar-se mais agressivo. Não é o caso atual.

Mesmo as cotadas de baixa capitalização bolsista tendem a sair-se bem após o primeiro corte em clima de recessão, devido à esperada agressividade na dimensão dessas descidas dos juros, refere a mesma análise.

"Historicamente, as bolsas europeias subiram 20%, em média, em nove de 11 vezes nos doze meses que se seguiram a um primeiro corte de juros", referem, por seu lado, os estrategas do Deutsche Bank, citados pela Morningstar. "Ao contrário do que acontece atualmente, a maioria dos ciclos de corte de juros começou com a economia em recessão". Por isso, frisa Henry Allen, "quem espera atualmente fortes cortes de juros e nada de recessão, poderá ficar desapontado". ■ CP

20%
VELHO CONTINENTE
As bolsas europeias subiram 20%, em média, em nove de 11 vezes nos 12 meses a seguir a um primeiro corte de juros.

1980
EFEITO VOLCKER
Nos anos 80 o então líder da Fed, Paul Volcker, içou os juros (foram a 21,5% em 1981) com inflação do choque petrolífero.

2%
META DA INFLAÇÃO
Nos EUA e na Europa, a meta dos bancos centrais para inflação é de 2%. Caminho de regresso a este nível está a ser feito.

investidor privado

OPINIÃO

UNCLE JOE

A good notebook is a good deed

A última vez publicitei aqui a necessidade de pensar e planear cuidadosamente as entradas/saídas num título, evitando o risco de andar na bolsa como quem atira milho aos pombos. É preciso uma história, uma convicção, uma tese para lançar o nosso dinheiro para os turbilhões do mercado, com a sorte de o puxar de novo para cima com um lucro apensado. Para além disso, é preciso definir e respeitar preços de compra e venda, para evitar que os estímulos emocionais do momento atrapalhem os ganhos.

É preciso compreender o comportamento do mercado como um todo, conhecer as tipicidades de cada ação, antecipar o que se vai passar, estimar um ponto de entrada, outro de saída e agarrar firme a execução. Tudo o mais, é invenção. Estes planos devem ser previamente escritos num pequeno caderno ou similar, que sirva para revermos a qualquer momento o que projetamos, mas também para guardar a aprendizagem decorrente para o futuro.

A maior parte do que perdemos na bolsa (ou o quê deixamos de ganhar) são aprendizagens fantásticas. Mas a um preço que ultrapassa facilmente o dos melhores MBAs. Investir na bolsa é a coisa mais fácil do mundo, qualquer dummy consegue abrir uma conta online, atirar para lá 1.000 dólares, comprar ações de qualquer companhia do mundo e ficar à espera de ser o novo Warren Buffet. Mas quantos é que o conseguem fazer? Da mesma forma que um bom escritor prepara e pesquisa longamente os seus livros ou um arquiteto esboça minuciosamente os seus novos projetos, um investidor de sucesso não é um produto do acaso.

É um longo somatório de movimentos (experiência) e igualmente de estudo, pesquisa e preparação. O trader não vive da sua intuição ou da sua sorte, mas do seu trabalho. E esse trabalho deve ser corporizado, fixado, revisto e reaprendido, especialmente se estiver escrito ou documentado em cadernos, folhas de excel ou qualquer tipo de suporte que ajude a memória a reencontrar as experiências que construíram os nossos sucessos e falhanços. Escrevam tudo, antes de comprarem e venderem, mas também deixem nessa forma os resultados e conclusões de cada um dos vossos trades. Isso ajuda efetivamente a ser mais assertivo.

E quanto à atualidade do momento, tudo parece fixado nesta quarta-feira, 18 de setembro, quando o FED anunciar o primeiro corte das taxas diretoras deste ciclo. O debate é se o vai fazer em 0,25 ou 0,50 pontos, mas parece-me que ficará pela primeira opção. Os dados macro sugerem um abrandamento contínuo da inflação, ao mesmo tempo que a atividade económica mantém algum dinamismo.

Um corte superior a 0,25 também seria uma sugestão de que a reserva federal se tinha atrasado a descer juros e reconhecer erros é coisa que as autoridades monetárias não gostam de fazer. Por outro lado, o mercado poderia panicar com um corte de 0,50 pois é uma sugestão evidente de que a economia caiu para níveis demasiado frouxos para sustentar o crescimento contínuo de earnings empresariais.

Provavelmente, até ao preciso momento em que Jerome Powell verbalizar a dimensão do corte, os índices continuarão no verde, devendo depois aliviar algum desse movimento ascendente. Já se sabe, buy on the rumor, sell on the news... Dias 19/20 de setembro podem ser bons para recomprar o que se vendeu imediatamente antes. ■

TIP: ARM

A Arm (que desenha e licencia chips para empresas que os fabricam, faturando-lhes royalties) anda mais veloz que a magnífica Nvdia. Quando o setor vai para cima, a Arm valoriza mais. Quando os semicondutores estão no vermelho, esta empresa cai a pique. Para quem acredita neste mercado infraestrutural para a atividade humana atual, a Arm é uma forma de ganhar sobre-exposição. Os seus chips estão a ser utilizados em aplicações que vão desde smartphones a casas inteligentes, passando pela computação em cloud e condução autónoma. A Arm estima que mais de 100 mil milhões de chips fabricados com a sua arquitetura poderão ser vendidos até ao final do próximo ano (contra 29 mil milhões vendidos no ano fiscal que terminou em 31 de março). A empresa já quase duplicou o seu valor bolsista desde o início do ano e está desde o "crash" deste verão num contínuo movimento ascendente (com volumes mais significativos). O ath (all time high) está nos 188 dólares (em julho) e será preciso pouco para acreditar que, no caso de um movimento generalizado de alta no mercado, será batido até ao final do ano.

Uncle Joe não existe, é uma personagem de ficção. Todos os disparates que aqui leram não são recomendações de investimento e não devem ser considerados como tal. Não tentem fazer em casa as habilidades perigosas aqui referidas. Ninguém fica rico por trabalhar muito. Ou não.

investidor privado

BULL & BEAR

MÁRIO PIRES
Diretor de clientes institucionais e do mercado português Schroders

BULL

E SE TRUMP GANHAR? MAIS ESTÍMULOS

Usar as tarifas como meio para obter concessões poderá manter-se uma política eficaz, desde que bem direcionada, e a par com as promessas de prorrogar o TCJA – o Tax Cuts and Jobs Act expira em 2025 – e de novas reduções fiscais para as empresas, pode aumentar os lucros, estimular o crescimento e reforçar a competitividade global dos EUA (e do dólar). A agenda de desregulamentação, em particular em setores como a energia e a banca, é outro fator de estímulo, criando margem para o crescimento do crédito. Uma potencial mudança na presidência na Fed traria, certamente, maior abertura à descida de taxas – outra fonte de estímulo. E se o impulso da vitória levasse os Republicanos a recuperar o Senado, o processo legislativo estaria facilitado. ■

BEAR

MAIOR IMPREVISIBILIDADE

A fixação de tarifas agressivas tende a aumentar os preços, alimentando inflação e erodindo poder de compra, enquanto os prometidos cortes fiscais presumem um aumento da já elevada dívida pública, com novos riscos de longo prazo para a estabilidade económica. As políticas anti-imigração poderão exacerbar a escassez de mão-de-obra e contribuir para a inflação via aumentos salariais. Setores como a agricultura e a construção, mais dependentes do trabalho imigrante, estarão entre os mais afetados. As mudanças dramáticas nas orientações políticas de Trump criam um ambiente de imprevisibilidade que pode afastar os investidores. De resto, as mudanças propostas implicam um processo legislativo moroso que atrasa os impactos reais na economia. ■

PERSONALIDADE

Com as sondagens sem indicação clara de quem será o próximo presidente dos EUA, o que antecipar se Trump for reeleito.

ANTEVISÃO DA SEMANA

Inflação britânica, juros da Fed e do Banco de Inglaterra

A semana vai estar recheada de novos dados económicos, sobretudo na Europa e EUA, e estarão também em foco as decisões de política monetária da Reserva Federal e do Banco de Inglaterra.

16 Segunda

ESTATÍSTICA

INE DIVULGA ATIVIDADE DOS TRANSPORTES

O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulga os dados relativos à atividade dos transportes, com foco nas estatísticas rápidas do transporte aéreo em julho. ■

COMÉRCIO

BALANÇA COMERCIAL NA ZONA EURO

São divulgados os números da balança comercial na Zona Euro e, desagregadamente em Itália, relativos ao mês de julho. ■

17 Terça

ECONOMIA

NOVOS DADOS NO EURO

Zona Euro mede sentimento económico

Da Zona Euro virá o índice de sentimento económico ZEW relativo a setembro. Em agosto, caiu 25,8 pontos para um mínimo de nove meses, nos 17,9 pontos – muito abaixo das estimativas de 35,4 pontos. ■

ECONOMIA

EUA NO RADAR

Nos EUA tem início a reunião de dois dias da Reserva Federal sobre política monetária. É também dia de conhecer os dados das vendas a retalho e da produção industrial no país em agosto. ■

18 Quarta

POLÍTICA MONETÁRIA

FED INICIA CORTE DE JUROS

A Fed anuncia a sua decisão de política monetária, sendo esperado que inicie o ciclo de descida dos juros diretores. A grande questão que se coloca é se decidirá um corte de 25 ou de 50 pontos base. Após o anúncio são também apresentadas as projeções económicas do Comité Federal do Mercado Aberto (FOMC) para o país. ■

ECONOMIA

SAÚDE DA ECONOMIA PORTUGUESA

O INE divulga a síntese económica de conjuntura – conjunto de indicadores quantitativos que refletem a evolução da economia – respeitante a agosto, bem como os índices de preços na produção industrial, também relativos ao mês passado. ■

INFLAÇÃO

MAIS INDICADORES NA EUROPA

São divulgados novos dados económicos na Europa, com destaque para a inflação de agosto na Zona Euro e no Reino Unido. O índice de preços no consumidor deverá ter subido para os britânicos, o que manterá o banco central do país mais comedido no corte de juros. ■

19 Quinta

POLÍTICA MONETÁRIA

BANCO DE INGLATERRA DEVE MANTER JUROS

No passado dia 1 de agosto, o Banco de Inglaterra decidiu cortar, pela primeira vez desde 2020, a taxa de juro de referênci, para 5a. No, entanto, a autoridade monetária alertou que o corte não significava o início de um ciclo, já que os juros deveriam ficar em terreno restritivo durante tempo suficiente até a inflação estar controlada. ■

CRÉDITO

TAXAS NO CRÉDITO À HABITAÇÃO

Juros e preços na habitação.

Por cá, o INE divulga as taxas de juro implícitas no crédito à habitação relativas a agosto. No dia seguinte será a vez de apresentar o índice de preços da habitação relativo ao segundo trimestre. ■

20 Sexta

ECONOMIA

LAGARDE DISCURSA EM WASHINGTON

A presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, estará presente num evento organizado peo Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington, onde fará uma palestra – seguida de uma conversa com a diretora-geral do FMI, Kristalina Georgieva. ■

Compras digitais, produtos reais

Vasco Nuno Cortes, CEO da BOLMERC

No próximo dia 18 de setembro, o marketplace B2B BOLMERC.COM vai ser lançado ao mundo empresarial.

A plataforma BOLMERC promete mudar a forma de as empresas portuguesas adquirirem os seus produtos e abre uma janela de oportunidade para pequenos produtores e fornecedores poderem levar a sua oferta a um vasto universo de potenciais clientes nacionais e internacionais. Como é que isso vai acontecer? Para o saber, falámos com Vasco Nuno Cortes, CEO deste projeto, que nos explicou o que está e o que vai acontecer no futuro.

A BOLMERC é apresentada como uma revolução no comércio digital. O que distingue a plataforma das outras opções de mercado?

Neste momento, não existe propriamente uma plataforma que satisfaça as mesmas necessidades e que atinja os mesmos objetivos que nós. A BOLMERC apostou em encurtar toda a cadeia de valor, ou seja, permitir que todos os empresários, microempresários, retalhistas e lojas de rua consigam aceder a preços mais competitivos, estando diretamente ligados aos produtores, sejam eles pequenos, médios ou microprodutores. As soluções que existem atualmente no mercado passam pelo canal de distribuição normal, ou seja, há uma despersonalização do negócio e não há um acompanhamento mais próximo de cada vicissitude do negócio. É verdade que existem outras plataformas setoriais, mas a BOLMERC é o único marketplace B2B horizontal, o que nos permite oferecer diversos tipos de produtos de diferentes fornecedores para uma ampla gama de clientes em múltiplas áreas de negócio.

A História de Portugal e o espírito inovador dos Descobrimentos são referidos como inspiração para a BOLMERC. De que forma essa ligação histórica molda a visão da empresa?

Na verdade, não foram propriamente os Descobrimentos que serviram de inspiração. A BOLMERC foi criada com o espírito que presidiu à constituição por D. Dinis da Bolsa de Mercadores Portugueses em 1293: o de olhar sobre o comércio português na perspetiva da descoberta e da inovação.

Foi assim que Portugal durante séculos dominou os mercados de comércio mundiais. Na verdade, primeiro partiu à descoberta de novos territórios, locais onde encontrasse novas matérias-primas, novos produtos e também novos compradores, novos clientes. Foi uma época de investimento e de descoberta. Depois durante o Renascimento do século XIV ao século XVII, o país dominou comercialmente o mundo.

> **Na BOLMERC, simplicidade significa a simplificação dos processos de compra, faturação, seleção e logística, permitindo que os utilizadores realizem as suas compras sem complicações.**
>
> **VASCO NUNO CORTES**
> CEO da BOLMERC

Visão, cooperação, investimento, descoberta e ousadia são passos de um percurso capaz de tornar sonhos em realidade e a fórmula de se poder alcançar, pela diferença, o sucesso.

O caminho escolhido na BOLMERC foi o de explorar a potencialidade do mundo digital para promover um ilimitado leque de produtos capazes de satisfazer todas as necessidades das empresas, independentemente da sua dimensão e atividade.

Criar simultaneamente condições para a promoção de produtos genuínos, de pequenos e grandes produtores e marcas, que fazem de "Made in Portugal" sinónimo de excelência.

De que forma a simplicidade é um valor central na BOLMERC, tanto para compradores como para vendedores?
Na BOLMERC, simplicidade significa a simplificação dos processos de compra, faturação, seleção e logística, permitindo que os utilizadores realizem as suas compras sem complicações. Esta simplicidade traz tranquilidade, melhores escolhas e opções estratégicas mais eficientes para cada negócio.

Quem pode aderir à plataforma BOLMERC.com?
Todas as empresas, sejam elas fornecedores ou compradores. A nossa plataforma B2B permite que tanto empresários em nome individual quanto grandes empresas possam ser clientes e fornecedores ao mesmo tempo.

Quais são as vantagens específicas para pequenos produtores ao utilizarem a BOLMERC, comparativamente a outras plataformas?
As vantagens são muitas. A BOLMERC permite que pequenos produtores tenham uma plataforma digital sem precisarem de se preocupar com questões relacionadas com a criação de lojas online, integrações logísticas, sistemas de pagamento, faturação ou devoluções. Além disso, os microempresários podem disponibilizar os seus produtos para todo o país, chegando a locais onde não conseguiriam sozinhos. A plataforma trata também de toda a logística, incluindo a emissão de etiquetas de envio.

A BOLMERC oferece cashback por valor de compras. Pode explicar como funciona e quais são os benefícios para os clientes?
O sistema de cashback da BOLMERC é um modelo de fidelização simples. Em todas as compras efetuadas na plataforma, o cliente recebe 3% do valor gasto, que fica automaticamente creditado na sua conta e pode ser usado em futuras compras.

Qual a oferta de produtos que a BOLMERC disponibiliza no arranque do projeto? Qual a expectativa de clientes após o lançamento da plataforma?
No arranque, a BOLMERC oferece mais de 2.500 produtos de mais de 50 fornecedores no seu portefólio, números que crescem diariamente. O objetivo foi garantir logo de início uma oferta transversal aos diversos setores de negócio. Por outro lado, com base nas parcerias com as Aceleradoras de Comércio Digital do Alentejo e Algarve, esperamos atingir cerca de 6.500 empresas até ao início do próximo ano.

A plataforma já tem planos para expansão global. Quais os mercados prioritários e que parcerias estratégicas estão em desenvolvimento?
A nossa ambição é levar a plataforma a clientes de diversos países. Já iniciámos contactos com alguns mercados internacionais, com o objetivo de credenciar a plataforma e permitir que os produtos e produtores portugueses cheguem a novas geografias.

O lema da BOLMERC é "Compras Digitais, Produtos Reais". Como é que a plataforma assegura a integração eficiente entre o digital e o físico?
A BOLMERC junta a simplicidade do digital com um sistema de logística construído de raiz, complexo, eficaz, mas extremamente simples para o utilizador final. Assim, os empresários podem vender ou comprar produtos sem perder tempo ou enfrentar complicações, maximizando a eficiência do seu negócio.

A BOLMERC visa ser um ecossistema completo para o comércio digital. Pode detalhar como a tecnologia avançada e os processos otimizados ajudam os negócios B2B?
Como referi, a BOLMERC adotou uma tecnologia user-friendly e integrada em multiplataformas. Utilizamos algoritmos de machine learning para sugestões de vendas e compras, bem como tecnologia de blockchain para garantir maior segurança nas transações. A cibersegurança é uma prioridade, garantindo acessos seguros e ferramentas robustas.

O futuro do comércio B2B digital parece ser uma prioridade. Como é que a BOLMERC antecipa as necessidades deste segmento nos próximos anos?
O comércio digital no B2B já é uma realidade incontornável. As empresas veem o digital como uma nova janela para vender produtos e expandir os seus negócios. O que fizemos foi estar um passo à frente. Temos várias ferramentas já prontas para pôr à disposição de fornecedores e clientes, mas ainda não vamos fazê-lo porque achamos que pode complicar o processo em vez do simplificar. Por agora, claro.

Por fim, para os empresários que ainda estão a considerar a adesão, quais são os maiores benefícios que podem esperar ao juntar-se à "Revolução BOLMERC"?
Os benefícios são inúmeros, incluindo a ausência de custos de adesão ou mensalidades. O modelo de negócio da BOLMERC está baseado no sucesso das transações, oferecendo as melhores ofertas de venda e compra no mercado, graças à eficiência da nossa cadeia de valor. "Ganha um, ganham todos." Acreditamos que em breve todas as empresas vão estar, de uma forma ou outra, ligadas à BOLMERC. A partir de dia 18 todos vão perceber o que estou a dizer. É simples.

2.500
PRODUTOS DE MAIS DE 50 FORNECEDORES VAI DISPONIBILIZAR A BOLMERC NO ARRANQUE DO PROJETO

"As vantagens que os pequenos produtores têm ao utilizarem a BOLMERC são muitas. Permitimos que pequenos produtores tenham uma plataforma digital sem precisarem de se preocupar com questões relacionadas com a criação de lojas online, integrações logísticas, sistemas de pagamento, faturação ou devoluções.

A BOLMERC adotou uma tecnologia user-friendly e integrada em multiplataformas. Utilizamos algoritmos de machine learning para sugestões de vendas e compras, bem como tecnologia de blockchain para garantir maior segurança nas transações.

VASCO NUNO CORTES
CEO da BOLMERC

OPINIÃO

A COR DO DINHEIRO

CAMILO LOURENÇO
Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

Especialistas em esconder o óbvio

As últimas notícias sobre a TAP dão uma ideia do porquê do "xarivari" montado recentemente sobre a forma como a empresa foi comprada por David Neeleman e Humberto Pedrosa (assunto conhecido desde a CPI).

Refiro-me às notícias sobre o cálculo do valor da empresa. Nenhuma das avaliações avança para um preço superior a 1250 milhões de euros, qualquer que seja o cenário considerado. Ora isto coloca imediatamente uma questão: se o valor é esse, qual a consequência? O contribuinte português vai registar uma menos-valia monumental. Qualquer coisa como dois mil milhões de euros.

Recorde-se que quando o governo de António Costa nacionalizou a empresa o país ouviu sempre o primeiro-ministro e o ministro da tutela dizerem que o contribuinte iria recuperar o dinheiro que lá pôs (pela venda). Meses mais tarde a narrativa mudou: afinal a recuperação dos 3200 milhões seria feita medindo o contributo da TAP para a economia portuguesa. Logo ali se percebeu que o governo, que sabia perfeitamente que os 3200 milhões não iriam ser recuperados, estava a tentar uma saída para a mentira que tinha contado ao país.

Fast forward: o leitor reparou na coincidência entre as visitas dos CEO de empresas que querem comprar a TAP (IAG, KLM/Air France e Lufthansa) e a recuperação do tema "compra da empresa com o pêlo do próprio cão", depois da divulgação do mais recente relatório da IGF? É o que o passo seguinte (e lógico) do processo seria a análise do valor pelo qual a empresa vai ser vendida. De onde resultaria, inevitavelmente, um grande sarilho para o PS, com destaque para Pedro Nuno Santos que capitaneou todo o processo. Como costuma dizer o analista Joaquim Aguiar, o PS é especialista a pôr o país a olhar para a zona iluminada do palco, para esconder o que está na zona (do mesmo palco) envolvida em penumbra...

O que se passou com a TAP e o que se vai passar nos próximos meses é a confirmação da ruinosa gestão do PS no governo. Não foi só a Educação; não foi só o desleixo na Administração Interna e Justiça; não foi só o SNS; não foi só o investimento público nunca cumprido. Foi uma sucessão impressionante de más decisões, que o PS agora tenta esconder. ■

AINDA HÁ ESPERANÇA

ANTÓNIO MOITA
Jurista

Afinal onde estão os Metralhas

Os últimos dias têm sido marcados pela fuga do estabelecimento prisional de Vale dos Judeus de cinco perigosos criminosos que em alguns casos, sabemos agora, nem lá deveriam estar. O facto causou naturalmente algum alarme social dadas as características dos fugitivos, mas transformou-se, pelo lado caricatural da situação, num sinal evidente da falência do Estado e do seu modelo organizativo. Os danos reputacionais, por enquanto parece não haver outros, nacionais e internacionais são de assinalável dimensão. No país da segurança e da tranquilidade eis que ninguém parece poder confiar na fiabilidade do sistema prisional e nas forças encarregues de garantir o cumprimento da lei. Não é coisa pouca.

Mas, como se não bastasse o sucedido, vamos a cada dia sendo informados de novos dados sobre o funcionamento do sistema. Tudo começou com a tentativa de demonstrar que as diversas entidades públicas encarregues da segurança nacional trabalhavam em conjunto e eram de grande eficácia. De louvar a intenção se a mesma não tivesse sido o cadafalso para alguns dos intervenientes. Os dirigentes do sistema vivem normalmente fechados sobre si próprios, afundam-se na burocracia e no cumprimento de procedimentos que não se atrevem sequer a questionar e depois, quando são confrontados com a realidade, não sabem responder simplesmente porque foi coisa em que nunca pensaram. Naturalmente não pretendo generalizar esta atitude a todos os dirigentes do nosso funcionalismo público. Mas a verdade é que, nos mais diversos setores, confrontamo-nos com situações aberrantes sempre que alguma situação nova aparece. No sistema prisional, como nos tribunais, nas polícias, na segurança social, na saúde, nas forças armadas para não ir buscar mais exemplos de que todos nos lembramos.

Ficamos com a sensação de que afinal os Metralhas estão cá fora. Todos se lembrarão destes personagens da banda desenhada que falhavam tudo o que tentavam fazer. O Dr. Abrunhosa Gonçalves, até há poucos dias diretor-geral da Reinserção e dos Serviços Prisionais, poderia ter surgido na conferência de imprensa com um fato às riscas e o número 176-671 colado no peito. Sem ofensa para o senhor que será certamente pessoa estimável, não é possível esperar dele nenhuma atitude de liderança nos serviços que dirige. Ainda mais quando sabemos, e desejamos, que nele se concretizem reformas profundas.

As múltiplas e urgentes reformas que os diferentes setores do Estado necessitam, obedecem à escolha de lideranças fortes e focadas nos resultados. Parece, no entanto, que o objetivo das últimas décadas é apenas o de ir mantendo o sistema e que para isso bastariam os da casa. E se estes não forem capazes não faz mal. Mantemo-los dentro e contratamos mais alguém para fazer o que eles não se mostraram capazes. Preferencialmente entre as máquinas partidárias. E se também estes não souberem ao que vão também não há qualquer problema. Abrimos vagas para mais uns quantos. Assim tem sido e é imperativo e urgente que deixe de ser.

Ao Estado, que como diz o outro "somos nós", terão de ser exigidos mínimos de qualidade no serviço que presta e competência na forma como os seus quadros desempenham a sua função. Afinal falamos das necessidades principais de toda uma comunidade e de uma gestão que assenta nos nossos impostos. A perceção do bom funcionamento dos serviços tem sido inversamente proporcional ao dinheiro que neles investimos. Isto não pode continuar. As prisões serviram para caricaturar o sistema e tornar evidentes as suas incontáveis fragilidades. De uma vez por todas que a gestão dos serviços públicos é uma coisa séria e não pode ser motivo para a chacota generalizada ou para criar personagens de banda desenhada. ■

> No país da segurança e da tranquilidade eis que ninguém parece poder confiar na fiabilidade do sistema prisional e nas forças encarregues de garantir o cumprimento da lei.

> Ao Estado, que como diz o outro "somos nós", terão de ser exigidos mínimos de qualidade no serviço que presta e competência na forma como os seus quadros desempenham a sua função.

Coluna semanal à segunda-feira

CONVIDADO

Economia: do campo de batalha ao campo do conhecimento

ANTÓNIO SILVA RIBEIRO
Almirante

Durante décadas, a prosperidade económica esteve ligada à capacidade da indústria transformar matérias-primas e à força militar de controlar territórios ricos em recursos naturais. No entanto, com o avanço tecnológico, essa dinâmica começou a mudar. A economia passou a gerar riqueza pela transformação do conhecimento e a depender de recursos humanos qualificados para dominar os saberes e impulsionar a inovação.

Com o advento da era digital e da inteligência artificial, a economia entrou num processo de desmaterialização, onde a prosperidade já não está ligada apenas à produção de bens tangíveis, mas à capacidade dos recursos humanos transformarem o seu conhecimento em novos produtos e serviços de alto valor agregado. Neste novo contexto, a inteligência, a criatividade e a adaptabilidade das pessoas tornaram-se o motor central da economia moderna, o que desencadeou uma competição global por talentos.

O equilíbrio na relação entre a economia e a força militar continuará a ser determinante no sucesso e na competitividade dos países.

Nesta corrida por pessoas qualificadas, aqueles países que possuem sistemas educacionais robustos e políticas de imigração adequadas, têm uma vantagem significativa. Em contraste, os países que não investem nessas áreas enfrentam o risco de um "esvaziamento de cérebros", que emigram em busca de oportunidades mais promissoras.

O diferencial na capacidade de os países desenvolverem, atraírem e reterem talentos é determinante para o seu sucesso económico a longo prazo. Assim acontece porque as políticas governamentais de educação e imigração estão diretamente ligadas às políticas de criação de ecossistemas empresariais dinâmicos, para impulsionarem o crescimento, a competitividade e a resiliência das economias.

A transição para este novo modelo de geração de prosperidade, enquanto diminui a relevância da força militar no controlo de territórios ricos em recursos naturais, reposiciona a sua função na segurança, inovação e resiliência económica.

Com efeito, atualmente, a força militar é crucial para garantir a segurança necessária ao funcionamento regular dos mercados e das instituições económicas. A defesa das fronteiras e a proteção contra ameaças externas asseguram a integridade dos ativos económicos e das infraestruturas críticas. Além disso, a força militar garante a segurança das rotas comerciais internacionais, essenciais para a economia globalizada.

Não menos importante, as indústrias de defesa geram empregos e impulsionam a inovação tecnológica, frequentemente originando progressos que se estendem aos setores civis da economia. Em momentos de crise, como na pandemia da covid-19, as forças armadas são frequentemente mobilizadas para prestar assistência humanitária e apoiar na recuperação de desastres, fortalecendo a resiliência económica dos países.

Em resumo, a economia está numa fase de transição, onde se afasta da transformação de matérias-primas, para colocar o conhecimento e os talentos humanos no centro da geração de valor. A desmaterialização económica confere aos recursos humanos qualificados uma função fundamental, o que intensifica a competição global por talentos. Assim, os países que investem em políticas educacionais de qualidade, em sistemas de imigração eficientes e em ecossistemas empresariais inovadores estão mais bem posicionados para prosperar no cenário económico atual.

Embora a economia esteja cada vez mais vinculada ao conhecimento e aos recursos humanos qualificados, a força militar desempenha uma função vital na segurança, inovação e resiliência económica. Por isso, o equilíbrio na relação entre a economia e a força militar continuará a ser determinante no sucesso e na competitividade dos países. ■

CONVIDADO

Que evolução esperar das taxas de juro do euro?

TIAGO VILAÇA
Presidente da Associação Nacional dos Intermediários de Crédito Autorizado

Com "pombas" e "falcões" a chegarem a um consenso, esta quinta-feira o Banco Central Europeu (BCE) decidiu uma nova descida de 0,25 pontos base da taxa de juro que serve de referência para o custo dos empréstimos na zona euro. A decisão confirma a tendência de descida iniciada em junho e vai também ao encontro das expectativas do mercado.

Não se creia, porém, que as próximas descidas serão fáceis de decidir. É certo que a inflação de 2,2% na zona euro em agosto é a mais baixa desde julho de 2021. No entanto, isso deve-se sobretudo à queda acentuada dos preços a par de outros efeitos de base favoráveis. A inflação subjacente, que exclui componentes mais voláteis como a energia e os produtos alimentares, continua a gerar preocupação, tendo baixado apenas ligeiramente (de 2,9% para 2,8%), particularmente por pressão do preço dos serviços.

Além disso, enquanto a inflação está abaixo dos 2% em apenas oito dos 20 países da zona euro, algumas das maiores economias evidenciam comportamento preocupante: é o caso da Alemanha (com a inflação nos 2%, mas em recessão técnica) e de Itália (cuja taxa de crescimento abrandou).

Há também alguns fatores adicionais de incerteza que podem influenciar negativamente a variação média dos preços. A nível geoeconómico, através do agravamento efetivo ou esperado das taxas aduaneiras europeias sobre produtos importados da China (em particular, os automóveis). Na frente geopolítica, a instabilidade na zona do Mar Vermelho poderá trazer disrupções nas cadeias de fornecimento globais. E há ainda a ameaça dos eventos climáticos extremos que podem também pressionar os preços das matérias-primas e dos bens alimentares.

Do lado de lá do Atlântico poderão chegar notícias relativamente favoráveis à descida da taxa do euro. Em julho, a Reserva Federal (Fed) manteve a taxa de juro do dólar entre os 5,25% e os 5,50%, com a atividade económica em bom ritmo e alguma persistência inflacionária. No entanto, a redução da inflação de 2,6% para 2,5% entre maio e junho torna mais provável uma descida da taxa de juro em setembro pela Fed, depois do anúncio do BCE. Os últimos meses dão sinal de abrandamento dos preços, o consumo das famílias está a abrandar e também há sinais de perda de vigor do mercado de trabalho.

Seja por confiar na tendência de descida, seja por excesso de liquidez ou mesmo por uma combinação destas duas razões, o mercado continua a antecipar novas descidas das taxas de juro nos diferentes prazos (Euribor a 3, 6 e 12 meses). Mas quais serão as perspetivas para os próximos tempos? Acredito que a descida desta quinta-feira, dia 12 de setembro, será a última deste ano. Mas, confirmando-se a tendência e não havendo choques inesperados, haverá certamente mais descidas em 2025 do que este ano e uma gradual aproximação às taxas de juro "naturais" do euro (entre os 2,0% e os 3,0%). ■

NOTAS DA SEMANA

LUÍS MARQUES MENDES
Advogado

A análise de Luís Marques Mendes ao que marcou a última semana da vida nacional e internacional. Os principais excertos da sua intervenção na SIC, nos temas escolhidos pelo Negócios.

Na Justiça está-se a instalar o padrão do interino

NOVO ANO LETIVO

1. O ano letivo começou com falhas. Menos que no ano anterior, mas ainda com muitas falhas. Perante esta realidade, o ME começou a mudar.

- Primeiro, apostando nas aprendizagens. Há anos que estamos a baixar nos rankings internacionais e não foi apenas por causa da pandemia. Daí as tutorias, a "proibição" dos telemóveis, a reconfiguração dos exames e a avaliação dos manuais digitais.
- Segundo, investindo na atratividade da carreira docente. É o caso do acordo para a recuperação do tempo de serviço e do novo subsídio de deslocação para os professores. Tudo isto custa centenas de milhões de euros. Um investimento enorme.
- O que isto prova é que a equipa do ME, além de ser uma equipa de luxo e com visão estratégica, tem muito peso político. Nunca se viu um ME com tanto peso político junto do PM e MF. Doutra forma, estes milhões não existiriam.

2. Inteligente é a forma como o ME abordou a questão dos estudantes migrantes. Não há boa integração de imigrantes sem o domínio do português e sem uma boa integração das crianças nas escolas.

- Ora, hoje já há 140 mil alunos migrantes, 13,9% do total dos alunos matriculados, a partir de 187 nacionalidades diferentes. Assim, a decisão de apoiar os alunos migrantes, criando 272 mediadores linguísticos e culturais é estratégica para favorecer a sua integração nas escolas.

3. Falando de imigração, saúda-se a decisão do ministro Leitão Amaro de criar Centros de Atendimento para a legalização de 400 mil imigrantes em fila de espera. O 1º centro arrancou esta semana. Nas próximas semanas serão mais 10 pelo país fora. Isto não é escancarar portas á imigração. É tê-las abertas, com controle e rigor. É assim que deve ser. ■

A FUGA DE VALE DE JUDEUS

1. A ministra da Justiça reagiu tarde, mas reagiu bem: substituiu o diretor-geral dos Serviços Prisionais, o que era inevitável; ordenou a realização de uma auditoria para avaliar o estado da segurança das cadeias, o que era obrigatório; e mandou fazer uma outra auditoria de gestão, que também se tornou óbvia. Fez tudo isto de modo determinado e bem.

2. Mesmo assim, continuamos a ter situações difíceis de compreender:

- Primeira: desde a fuga dos presos até à mobilização das autoridades para a sua captura passaram horas. O que tudo prova, como diz Ângelo Correia, um especialista, que a falha não foi só na prisão. Foi de todo o sistema de segurança interna.
- Segunda: o Tribunal de Execução de Penas demorou quatro dias a emitir mandados de captura internacionais. Assim, se no domingo ou na segunda-feira, algum dos evadidos fosse detetado em Espanha, não poderia ser detido por falta de mandado de captura. Isto prova que temos um Estado muito amador.
- Terceira: igualmente difícil de compreender é este padrão que se está a instalar na Justiça: é tudo interino e provisório.
  a) Diretor da Cadeia de Vale dos Judeus – interino.
  b) Diretor-Geral dos Serviços Prisionais – interino.
  c) Diretor Nacional da Polícia Judiciária – interino, porque já terminou o mandato há mais de três meses e não foi reconduzido nem substituído. Uma anormalidade.

3. Justa ou injustamente, tudo isto dá uma imagem de desleixo, negligência e incapacidade de decidir. E fragiliza o Estado. Afinal, quem é interino, provisório ou está em mera gestão não tem o mesmo estatuto de liderança que um responsável nomeado a título definitivo. ■

O ESTADO DA SEGURANÇA

1. A fuga de Vale de Judeus foi um acontecimento grave. Não deve ser desvalorizado. Mas também não deve ser dramatizado. Afinal, o que se passa com Portugal no domínio da segurança em geral e das prisões em particular está perfeitamente enquadrado nos padrões europeus.

- Somos o 7º país mais seguro do mundo e um dos países da UE com menos crimes violentos face ao número de habitantes. Este é um ativo nacional especialmente relevante.
- O rácio de reclusos por guarda prisional está em linha com a média europeia: três reclusos por cada guarda. Os sindicatos têm razão ao sublinhar que o número de guardas diminuiu nos últimos anos. Só que também se reduziu o número de presos.
- A taxa de evasão de reclusos em Portugal está bem abaixo da média na Europa. Em 2022, por exemplo, a Suécia, de dimensão semelhante à nossa, teve quase duas centenas de fugas. Portugal teve apenas 8 fugas.

2. Curiosamente, onde Portugal está em contraciclo com a Europa, é noutra vertente. Somos o país da Europa com as penas de prisões mais longas. Neste item, estamos mesmo a liderar. Em média, temos penas de prisão de quase trinta meses, enquanto a média europeia é de apenas 10 meses. Por outro lado, somos o 6º país da Europa com reclusos mais velhos: 25% têm mais de 50 anos.

> Já não vale a pena perder tempo com Lucília Gago. Ela está de saída e não deixa saudades.

3. Voltando ao início: houve falhas na prisão, no sistema prisional e no sistema de segurança interna. As falhas habituais em Portugal: de gestão, organização e liderança. Convinha que estas falhas fossem corrigidas. Para já só sabemos que houve fuga e que os presos continuam a monte. Falta fazer tudo o resto. ■

NOVO PGR

1. A atual PGR foi ao Parlamento e a sua prestação foi genericamente criticada, á esquerda e à direita:

- Foi arrogante. Não teve a humildade de reconhecer um único erro, falha ou exagero.
- Foi incapaz de distinguir uma crítica normal e legítima de uma campanha orquestrada.
- Mostrou que, além de falta de autoridade e liderança, também não tem o bom senso exigível nestes lugares.

2. Mas também a prestação dos deputados deixa bastante a desejar. Primeiro, como escreveu Miguel Pinheiro, parece que só os processos políticos interessam aos deputados. Depois, convinha reconhecer que nem tudo é mau no MP: a recente investigação no caso Vórtex, em Espinho, é um caso exemplar: investigação rápida e acusação sólida.

3. Posto isto, acho que já não vale a pena perder tempo com Lucília Gago. Ela está de saída e não deixa saudades. Importante agora é o futuro:

- Estamos a dias da escolha de um novo PGR. É essencial que a escolha recaia sobre uma pessoa realmente independente, com capacidade de liderança, de comunicação e de motivação interna.
- O ideal mesmo era escolher uma pessoa com o perfil de Joana Marques Vidal, do seu círculo ou que tivesse trabalhado consigo.
- Tenho a convicção de que a escolha do novo PGR, desta vez, vai correr bem. Ninguém quer repetir o mau exemplo de há 6 anos. Desta vez haverá outro cuidado e outra vontade de acertar. ■

negocios

Conselho de Administração Presidente: Domingos Matos; Vogais: Luís Santana, Ana Dias, Octávio Ribeiro, Isabel Rodrigues, Mário Silva, Miguel Paixão, Paulo Fernandes e Filipa Alarcão. • Principal acionista Expressão Livre II, SGPS, S.A. (100%). • Diretora: Diana Ramos Diretor adjunto: Celso Filipe • Sede: Redação, Administração e Publicidade Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa • Redação: tel. 210 494 000 e-mail info@negocios.pt Publicidade: tel. 210 494 076 e-mail publicidade@medialivre.pt • Assinaturas: tel. 210 494 999 (das 9h às 18h) ou através do e-mail assine@medialivre.pt • Delegação Porto Rua Eng.º Ferreira Dias, 181, 4100-247 Porto tel. 225 322 342 • e-mail negocios-porto@negocios.pt • Internet www.negocios.pt • Propriedade/Editora: Medialivre, S.A. • Sede Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa Capital Social 22 523 420,40€ • Contribuinte 502 801 034 • C.R.C de Lisboa 502 801 034 • Impressão EGF-Empresa Gráfica Funchalense - R. da Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro. ISSN: 0874-1360 • Estatuto editorial disponível no site em www.negocios.pt

SEGUNDA-FEIRA | 16 SET 2024

MELHOR NA CATEGORIA IMPRENSA DE ECONOMIA

...medialivre

Nº ERC: 121571 • Depósito Legal: 120966/98
Tiragem média de Agosto de 2024: 4.170 exemplares

SA LUÍS AFONSO

CONVERSAS NA REDAÇÃO ANTECIPAM ORÇAMENTO. VÍTOR BENTO É O PRIMEIRO CONVIDADO

A caminho da apresentação do Orçamento do Estado (OE) pelo Governo, marcada para o próximo dia 10 de outubro, o Negócios desafiou os especialistas de cada setor a revelarem o que gostariam de ver refletido no documento. Nas "Conversas na Redação", serão vários os convidados a apresentar os seus pontos de vista, ao longo das próximas semanas, com Vítor Bento a estrear esta rubrica. O presidente da Associação Portuguesa de Bancos alerta para o cenário de as negociações no parlamento resultarem, na prática, num orçamento mau, mas também desdramatiza a hipótese de não haver OE.

Uma conversa para ler e ouvir já na terça-feira no jornal, no site e no programa televisivo, às 10h30, no canal NOW.

COMÉRCIO

Luís Amaral "arregimenta" tropas para forçar mudanças no grupo DIA

O empresário português Luís Amaral, que detém aproximadamente 2,2% do DIA (Distibuidora Internacional de Alimentación), decidiu "arregimentar" outros acionistas minoritários criando uma coligação para forçar mudanças na administração e travar a "queda livre" do preço das ações do grupo espanhol.

Luís Amaral entrou no capital do DIA em 2018 e tem-se revelado um acionista "duro de roer", reclamando, entre outros, um assento no "board" para "salvaguardar a independência do conselho de administração e os interesses dos acionistas minoritários".

Mas, depois de anos a batalhar sozinho mudou de estratégia e acabou de lançar uma coligação para pressionar o conselho de administração do DIA a "melhor representar os interesses" de outros que, como ele, possuem pequenas participações no grupo espanhol que, este ano, saiu de Portugal (onde operava há mais de 30 anos com o Minipreço, que vendeu à Auchan) e do Brasil (que alienou pelo "preço simbólico" de 100 euros) para centrar a operação em Espanha e na Argentina.

Denominada "Valuing DIA", a coligação auto descreve-se como um grupo de acionistas minoritários que "estão a apelar a uma maior transparência, a uma melhor representação dos acionistas minoritários e a uma melhoria significativa do envolvimento das partes interessadas da empresa com vista a garantir que o seu potencial é reconhecido pelo mercado através de uma avaliação mais elevada". Isto porque, argumenta, o DIA "continua significativamente subvalorizado e o desempenho do preço das suas ações está a definhar atrás dos seus pares".

Desde que o fundo LetterOne (vinculado ao milionário russo Mikhail Fridman) aumentou a sua participação para 74,8% em novembro de 2019 por via do primeiro aumento de capital, "a avaliação de mercado do DIA diminuiu consistentemente e as ações permanecem, a nosso ver, subvalorizadas, apesar das recentes melhorias operacionais e financeiras", argumenta a recém-criada coligação. ■ DIANA DO MAR

ELEVADOR

Celso Filipe
cfilipe@negocios.pt

XXXXXXXXXXXXSDF DSF SDF XX
Car
go

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetuer adipiscing 50 Lorem ipsum dolor sit amet, consectetuer adipiscing 100 Lorem ipsum dolor sit amet, consectetuer adipiscing 50 Lorem ipsum dolor sit amet, coxnsec tetuer adipis cing 200 Lorem ipsum dolosum dsum dsum dr sit amet, Lorem ipsum dolor sit amet, adipiscing 300 Lorem ipsum dolor sit amet, consectetuer adipiscing 350. ■

NUNO MELO
Ministro da Defesa

Numa cerimónia oficial onde marcou presença na qualidade de ministro da Defesa, Nuno Melo disse que Olivença é portuguesa e que o país não abica" desse direito. Com o mal feito fez um flique flaque à retaguarda e veio esclarecer que havia falado na qualidade de presidente do CDS e que não tinha concertado a sua posição com o Governo. Moral da história: criou uma inútil vulnerabilidade diplomática na relação com Espanha. ■

C-Studio é a marca que representa a área de Conteúdos Patrocinados. É o local onde as marcas podem contar as suas histórias e experiências. Faz parte integrante do Jornal de Negócios n.º 5325, de 16 de setembro de 2024, e não pode ser vendido separadamente.

Mobilidade Sustentável

Uma aposta no futuro

Na Semana Europeia da Mobilidade, empresas e autarquias investem na sustentabilidade. Indústria, distribuição e utilizadores fazem avançar descarbonização do transporte rodoviário.

Falta de incentivos atrasa descarbonização do transporte rodoviário

Indústria e utilizadores reclamam políticas públicas estáveis e fortes no apoio à transição ambiental.

A indústria automóvel continua a progredir na descarbonização da oferta de veículos, multiplicando-se as soluções elétricas ou eletrificadas, a hidrogénio, e mesmo a gás natural, para os vários segmentos do transporte rodoviário. No entanto, e de acordo com as associações que representam a indústria e os utilizadores, verifica-se uma estranha inação dos poderes públicos nacionais no sentido de acelerar a descarbonização, sobretudo face aos compromissos ambientais já assumidos no contexto da União Europeia.

Para Helder Pedro, secretário-geral da ACAP – Associação Automóvel de Portugal, "a indústria não pode fazer sozinha a descarbonização". "É necessário que os poderes públicos coloquem em prática políticas que complementem a ação da indústria", alerta. Um pedido que é secundado por Pedro Faria, presidente do Conselho Diretivo da UVE – Associação de Utilizadores de Veículos Elétricos: "É fundamental que a tutela mostre que há um caminho irreversível que estamos a percorrer rumo à descarbonização. Estamos numa fase de investimento, feito na sua esmagadora maioria por privados, que não podem sentir indefinição nas politicas."

Parque automóvel envelhece

Uma das políticas em falta é a adoção de incentivos ao abate de veículos e à renovação do parque automóvel. "Uma política que chegou a ser anunciada e que é urgente", considera Pedro Faria. Segundo a ACAP, Portugal tem 1,5 milhões de veículos com mais de 20 anos, em circulação. Um parque automóvel que tem vindo a envelhecer de forma significativa nos últimos anos. "O incentivo ao abate de veículos em fim de vida é uma política que existe em Espanha, França, Itália, e Roménia, para dar exemplos próximos. Em Portugal, a medida constou pela primeira vez do Orçamento para 2024, mas já estamos em setembro e nenhuma iniciativa foi tomada", diz Helder Pedro. Entretanto, nos últimos dez anos, a idade média dos carros entregues para abate passou dos 16 para os 23 anos, segundo dados disponibilizados pela Valorcar - Sociedade Gestora de Veículos em Fim de Vida. O que, segundo o responsável da ACAP, "significa que a entrega e substituição de veículos em fim de vida vai sendo adiada por dificuldades económicas, o que sublinha a necessidade e a importância da existência de incentivos".

Faltam incentivos à eletrificação

Esta situação vem também colocar em evidência "o facto de ter sido descontinuado o programa de incentivos à compra de veículos elétricos", refere Helder Pedro. Para este responsável, a existência de programas como este "são também uma questão de coesão social". "O veículo elétrico ainda é mais caro do que o veículo a combustão, o que significa que uma parte importante da população está impedida de aceder a estes veículos e de participar no processo de transição energética", recorda.

> **É fundamental que a tutela mostre que há um caminho irreversível que estamos a percorrer rumo à descarbonização.**
>
>
>
> **PEDRO FARIA**
> presidente do Conselho Diretiva da UVE

Segundo Pedro Faria, "a verdade é que até este momento este ano não houve um programa de incentivos para aquisição dos veículos de emissões nulas". Com os utilizadores, que "fizeram as suas escolhas baseados em afirmações proferidas aquando da aprovação do Orçamento de Estado de 2024, a saírem gravemente lesados neste processo", atira.

Observar a mobilidade

Para o representante dos utilizadores, uma outra questão que está a atrasar o processo de descarbonização é o desenvolvimento da infraestrutura de carregamento. Na sua opinião, é necessário "dar passos no sentido de facilitar os processos burocráticos em todo o longo caminho necessário para a instalação de um ponto de carregamento". Nas autoestradas, defende Pedro Faria, "é preciso rever as leis e criar regimes diferenciados de concessão dos espaços nas áreas de serviço, para se conseguir ter verdadeiros hubs de carregamento (localizações com 20, 30 ou mais pontos de carregamento)".

> **É necessário que os poderes públicos coloquem em prática políticas que complementem a ação da indústria.**
>
> **HELDER PEDRO**
> secretário-geral da ACAP

Também para a ACAP, a infraestrutura de carregamento, apesar de bem desenvolvida em comparação com resto da Europa, necessita de um investimento continuado. Neste contexto, a associação assinou recentemente um protocolo de colaboração com a Mobi-E, entidade gestora da rede de mobilidade elétrica, para criar um observatório da mobilidade elétrica. A ideia é recolher informação sobre este tema, incluindo o estado da rede de carregamento, evolução do mercado, criação de incentivos, e não só.

OPINIÃO

VÍTOR FERREIRA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DA AMADORA

Amadora Move

O município da Amadora tem dotado a cidade de mais e melhores condições, quer pela aposta no transporte público, quer na criação de meios de mobilidade suaves e de interfaces eficazes e que permitam o abandono da ideia do transporte automóvel particular e individual como modo privilegiado de transporte.

A câmara municipal tem trabalhado para promover a otimização dos interfaces existentes, através da promoção de parques de estacionamento dissuasores, integração de vários meios de transporte público pesado – nomeadamente metro, comboio e rodoviário, criação de cais de bicicletas e trotinetas e de uma rede de circulação partilhada –, zonas 30, entre outros.

Na mobilidade suave, a aposta centra-se agora na construção de pistas cicláveis, numa visão integrada da Área Metropolitana de Lisboa (AML), através de três eixos de ligação: Odivelas, Sintra e Lisboa.

Já estão construídos cerca de 2 quilómetros de pista e a autarquia vai avançar com perto de 7,5 quilómetros de pistas municipais e 11,5 intermunicipais. Já existem três projetos de execução feitos, cujas empreitadas serão lançadas em breve: a ligação a Odivelas, desde a zona da Quinta do Estado até Alfornelos; uma ciclovia que liga a zona da Av. Conde de Castro Guimarães a Queluz, pelo Lido; e está em fase de lançamento de projeto para a ligação a Oeiras, pela serra de Carnaxide; e tem a tal ligação a Lisboa, que é a extensão da ciclovia da Elias Garcia à Estrada de Benfica, num troço de 800 metros, que será o primeiro a ser executado do ponto de vista de obra.

Amadora convida a sentir e partilhar a cidade numa semana sem automóveis

A EUROPEAN MOBILITY WEEK – Semana Europeia da Mobilidade está aí e, uma vez mais, a Câmara Municipal da Amadora convida os amadorenses a estacionarem a viatura pessoal e, durante este período, usufruírem do espaço público de forma diferente. Numa semana recheada de atividades ao ar livre e para os mais variados públicos, a Semana Europeia da Mobilidade da Amadora 2024 (SEMA 2024) arranca hoje e prolonga-se até dia 22. Ações com as escolas do concelho e a importância de pensar e sentir a cidade a partir do cidadão com mobilidade condicionada e com deficiência visual são algumas das atividades programadas para um roteiro que se pretende de consciencialização para a importância da partilha do espaço público entre pessoas, modos de transporte e atividades ao ar livre.

Um dos pontos-chave do programa desenvolvido pela autarquia da Amadora passa pelo projeto "Liga-te (h)á conversa", que irá decorrer no dia 18 de setembro no Auditório da Biblioteca da Amadora. Esta iniciativa foca-se na necessidade de pensar e sentir a cidade a partir do lugar de um cidadão com mobilidade condicionada e com deficiência visual. As suas dificuldades na utilização diária do espaço público, o que pode ser feito para melhorar esta partilha, de que forma veículos e cidadãos, com ou sem deficiência, podem conviver num mesmo espaço.

Um dos pontos-chave do programa desenvolvido pela autarquia da Amadora passa pelo projeto "Liga-te (h)á conversa", que irá decorrer no dia 18 de setembro no Auditório da Biblioteca da Amadora.

Autarquias nacionais aderem à iniciativa

Semana Europeia da Mobilidade incentiva vilas e cidades portuguesas.

Começa hoje e termina a 22 de setembro a Semana Europeia da Mobilidade. Uma iniciativa que decorre todos os anos e que nasceu em 2002, depois do sucesso do Dia Europeu Sem Carros. Esta semana irá contar com a participação de 1.635 autarquias em 42 países, entra as quais 92 vilas e cidades portuguesas.
Esta é a principal iniciativa de sensibilização da Comissão Europeia sobre mobilidade urbana sustentável, mobilizando vilas e cidades de toda a Europa, e fora da Europa, a incentivar "a mudança de comportamentos a favor da mobilidade ativa, do transporte público e de outras soluções de transporte limpas e inteligentes, organizando atividades de consciencialização e eventos com as partes interessadas locais", afirma a Comissão Europeia.
Os objetivos desta iniciativa são: melhorar a qualidade de vida urbana e promover infraestruturas centradas nas pessoas; complementar outras iniciativas da UE, como o REPowerEU e o Acordo Verde Europeu; e facilitar a utilização de modos de transporte mais limpos, bem como promover mudanças comportamentais, fornecendo infraestruturas, redes, condições e destinos adequados para a mobilidade ativa e o transporte público.

Participação nacional
Neste âmbito, existem prémios para as autarquias que se distinguem nesta área. Em 2023, o município da Amadora (ver página 4) foi finalista do prémio, para o qual já se tinha candidatado em 2021. Nesse ano, Valongo venceu na categoria de pequenos municípios. Em 2019, Alfândega da Fé foi finalista nesta categoria. Em 2018, Lisboa foi uma das cidades vencedoras na categoria de municípios de maior dimensão.
Este ano o tema é "Espaço Público Partilhado". Em nota publicada recentemente, a organização desta iniciativa afirma: "Com mais de 70% de cidadãos europeus a viver em áreas urbanas, o espaço público tornou-se escasso em muitas cidades. Um local onde todas as pessoas, meios de transporte e atividades têm espaço suficiente oferece uma maior equidade social, uma maior segurança rodoviária, menos ruído, menos poluição atmosférica e uma qualidade de vida melhor."

OPINIÃO

RICARDO SILVA
DIRETOR COMERCIAL DA AYVENS PORTUGAL

O futuro é agora: o impacto dos elétricos na mobilidade sustentável

A mobilidade sustentável impôs-se como uma prioridade no debate sobre o futuro da nossa sociedade. À medida que as alterações climáticas se intensificam e a poluição urbana atinge níveis preocupantes, torna-se indispensável repensar a forma como nos deslocamos. Mais do que nunca, os veículos elétricos surgem como uma alternativa promissora, com o potencial de reduzir drasticamente as emissões de gases poluentes e a dependência dos combustíveis fósseis. Porém, a sua adoção em larga escala exige não só infraestruturas adequadas e incentivos eficazes, como também uma verdadeira mudança de mentalidades. Estaremos, de facto, prontos para acelerar rumo a um futuro mais sustentável?

Alcançar a neutralidade climática até 2050

Com a União Europeia a reforçar a sua regulamentação de emissões para alcançar a neutralidade climática até 2050, observa-se uma crescente adesão dos países a esta meta audaciosa. No entanto, a ascensão dos veículos elétricos não resulta apenas de pressões legislativas, mas de uma verdadeira consciencialização sobre a necessidade de transformação. O ano de 2023 marcou um ponto de viragem no mercado dos elétricos, como revela o eFlow, um estudo trimestral da Ayvens divulgado em junho de 2024. Pela primeira vez, as vendas de veículos movidos a combustíveis alternativos ultrapassaram os tradicionais veículos a combustão, representando agora 52% do mercado. O que parecia impensável há apenas quatro ou cinco anos — vender mais veículos 100% elétricos do que a diesel — tornou-se uma realidade.

Talvez ainda nos questionemos se estamos prontos, mas os factos mostram que já se está a dar passos sólidos na direção certa. O Ayvens Mobility Guide 2024 confirma que Portugal já se destaca como um dos países mais avançados no mercado de veículos elétricos a bateria, registando um impressionante crescimento de 105% face a 2023, além de um aumento de 64% nos veículos elétricos híbridos plug-in. O país lidera com confiança o caminho para a sustentabilidade, atingindo a pontuação máxima de 15/15 na "Oferta de Motorizações Ecológicas". E não ficamos por aqui: com uma intensidade carbónica de 154 g (gCO eq/kWh) e 77% de emissões de baixo carbono, Portugal é um exemplo claro de que, quando se aposta no futuro, os resultados falam por si.

Num momento em que a transição para a mobilidade sustentável é mais urgente do que nunca, o renting revela-se uma solução prática, segura e inovadora que não se deve, nem se pode, ignorar. O renting facilita a adesão a veículos elétricos, porque remove todas as preocupações decorrentes da transição tecnológica que existem na compra de um bem que desvaloriza, e que terá de ser vendido um dia. O renting também proporciona a flexibilidade de poder alterar o automóvel com maior frequência e de acordo com as diferentes circunstâncias no tempo. Optar pelo renting é uma forma mais inteligente, por incluir todos os serviços necessários à utilização do automóvel, como a manutenção, a substituição de pneus, o seguro, entre outros. Por estas razões, o renting faz parte da revolução verde, ao resolver as complicações e incertezas associadas à posse de um automóvel.

> **Portugal já se destaca como um dos países mais avançados no mercado de veículos elétricos a bateria, registando um impressionante crescimento de 105% face a 2023, além de um aumento de 64% nos veículos elétricos híbridos plug-in.**

A questão não é se estamos prontos para um futuro sustentável, mas se vamos agarrar esta oportunidade com a determinação e o entusiasmo que ela exige. O futuro já chegou e, se soubermos aproveitar as soluções como o renting e continuar a apostar na eletrificação dos veículos, garantimos não apenas um amanhã mais limpo, mas um presente em que a inovação e a sustentabilidade caminham lado a lado. Agora é o momento de dar o passo decisivo e concretizar o futuro sustentável que tanto ambicionamos.

Gama Maxus cresce com eletrificação das frotas

Transportes e logística urbana são segmentos fortes.

Em 2021, o Grupo Astara lançou em Portugal a marca Maxus. Esta insígnia, parte do universo SAIC Motor (atualmente o sexto maior construtor mundial de automóveis), apresenta uma gama completamente dedicada às viaturas comerciais de transporte 100% elétricas.

Segundo Francisco Morais, diretor de Vendas e Marketing do Grupo, logo de início tiveram "um excelente feedback por parte dos clientes que procuravam esta tipologia de viaturas". Para este responsável "o setor dos transportes e logística, nomeadamente, o de utilização urbana, surge, cada vez com mais intensidade, como o mercado com mais apetência para a gama que a Maxus hoje disponibiliza no mercado".

No entanto, a apetência pela oferta da marca não se esgota nesse setor. "A tendência geral, parece-nos, vai no sentido de uma maior sustentabilidade da mobilidade por meio da eletrificação das frotas", afirma o responsável. Na sua análise, seja por intermédio de concursos públicos, seja por escolha direta, "cada vez mais as organizações privadas veem a utilização de viaturas 100% elétricas nas suas operações como um real benefício e uma otimização de custos a longo prazo".

Se no início da atividade em Portugal, a marca se centrou exclusivamente em viaturas Furgão (eDeliver 3 e eDeliver 9), a Maxus tem alargado a oferta em Portugal para outras configurações, como as variantes, em chassis cabina, de ambos os modelos eDeliver. Mais recentemente, o Grupo Astara introduziu no mercado nacional modelos que são pioneiros na eletrificação de alguns segmentes. É o caso da pick-up Maxus T90 ou do camião de 7.5 Toneladas, EH300.

Gama cresce com mercado

Para Francisco Morais, "a gama da Maxus corresponderá, cada vez mais, às tendências do setor e da mobilidade em geral". Neste contexto, assegura o responsável, têm sempre trabalhado junto dos parceiros concessionários, por todo o país, no sentido de identificar oportunidades e adequar a oferta às reais necessidades do mercado.

No futuro próximo, garante o diretor do Grupo Astara, "para além de soluções adaptadas ao transporte de passageiros, como é o caso da eDeliver9 em versão 9 lugares, (uma tipologia ideal para o segmento das escolas, imobiliário e turismo, ou para instituições de solidariedade), há empenho em continuar a disponibilizar soluções de mobilidade totalmente elétricas maioritariamente para o segmento da distribuição e logística". Esta oferta será concretizada "seja através de novas tipologias de furgão de mercadorias, seja na vertente chassis cabina, com o tipo de carroçamento mais adaptado à necessidades de trabalho dos clientes", conclui.

"Cada vez mais, as organizações privadas veem a utilização de viaturas 100% elétricas nas suas operações como um real benefício e uma otimização de custos a longo prazo.

FRANCISCO MORAIS
diretor de Vendas e Marketing da Astara

Mercado automóvel arrefece

Em agosto, o mercado automóvel português caiu 8,7%, sendo este o terceiro mês sucessivo em queda. No entanto, e devido à sua performance nos primeiros cinco meses, o mercado regista ainda um crescimento de 4,4% até agosto, segundo os dados mais recentes da ACAP – Associação Automóvel de Portugal. Neste contexto, o mercado de veículos elétricos está a comportar-se melhor, com um crescimento de 9,4% até agosto. Apesar de uma primeira quebra de 6,4% no último mês, estas vendas atingiram, no mês passado, uma quota de 21% do mercado.

Para Pedro Faria, presidente do Conselho Diretivo da Associação de Utilizadores de Veículos Elétricos, "no que diz respeito ao crescimento do parque automóvel elétrico, Portugal é um enorme caso de sucesso". E refere: "O crescimento das vendas de automóveis ligeiros de passageiros 100% elétricos na União Europeia sofreu uma desaceleração nos primeiros seis meses do ano, mas Portugal parece imune a essa desaceleração." Efetivamente, segundo a UVE, no primeiro semestre de 2024, as vendas de veículos 100% elétricos na União Europeia cresceram apenas 1,3% face a 2023, mas Portugal alcançou um significativo crescimento de 12,5%, praticamente dez vezes superior à média europeia. Estes 12,5% de crescimento colocam Portugal como o 10.º país com maior crescimento na União Europeia.

Mobilidade sustentável é estratégica para Guimarães

Autarquia assumiu estratégia para sustentabilidade em 2013. É finalista para Capital Verde Europeia em 2025.

Pelo segundo ano consecutivo, Guimarães é finalista do prémio Capital Verde Europeia. A consequência de uma política de longo prazo assumida pelo município nos últimos 11 anos. "Desde 2013, com a implementação do Ecossistema de Governança Guimarães 2030, reforçámos a aposta no desenvolvimento sustentável, acreditando que é possível tornar Guimarães numa cidade mais resiliente e com melhor qualidade de vida para os seus cidadãos", afirma Sofia Ferreira, vereadora com o pelouro do Ambiente e Ação Climática.

Neste contexto, o município assume uma abordagem multidisciplinar, que aposta na ciência, na investigação, na inovação e na educação, e que procura envolver os cidadãos e as partes interessadas em diferentes áreas do desenvolvimento sustentável. Nas palavras da responsável autárquica, "liderar pelo exemplo, alinhando as ações com as diretrizes europeias, é essencial para acelerar a mudança e promover comportamentos mais sustentáveis". O objetivo "é que Guimarães seja um modelo, mostrando que é possível garantir o desenvolvimento económico, em equilíbrio com os nossos ecossistemas", afirma.

Visão integrada da mobilidade

Neste âmbito, as questões ligadas à mobilidade sustentável são vistas de forma integrada, relacionando os aspetos da mobilidade com as áreas da qualidade do ar, do ruído e da mitigação das alterações climáticas. Por este motivo, diz Sofia Ferreira, em Guimarães, tem-se procurado que "a estratégia de mobilidade sustentável esteja em linha não só com o objetivo de melhoria da qualidade de vida, mas também com as metas assumidas de atingir a neutralidade climática até 2030, e sabendo a importância que a alteração comportamental na área da mobilidade tem para estes objetivos".

No quadro de mobilidade urbana, a UE põe a fasquia elevada, com a ambição de criar cidades onde a mobilidade seja segura, acessível, inclusiva, inteligente, resiliente e, sobretudo, sem emissões. Para alcançar esta ambição é necessário promover "uma mudança profunda" na forma como os habitantes se deslocam em Guimarães. "Isso implica uma maior ênfase na mobilidade ativa, como caminhar e andar de bicicleta, que não só reduzem as emissões, como também promovem a saúde física e mental", advoga a responsável. "Simultaneamente, é crucial investir no transporte coletivo, que, quando eficiente e acessível, oferece uma alternativa viável, economicamente mais justa e, ainda, mais sustentável quando comparada com o uso do automóvel individual", refere.

Transporte individual é importante

Neste contexto, o maior desafio com que Guimarães se depara consiste na utilização intensiva do transporte individual para as deslocações pendulares. "À semelhança do que acontece em inúmeros territórios, as escolhas modais têm evoluído no sentido de uma maior dependência do transporte individual e da redução do recurso ao transporte público e aos modos suaves", explica Sofia Ferreira. O que resulta "num sistema insustentável, quer do ponto de vista ambiental, com o incremento das emissões de poluentes e do ruído, quer energético, com o aumento dos consumos de energia", diz. Todavia, reconhece a vereadora, "num território com áreas com uma dispersão populacional significativa, onde o transporte público não é competitivo, o transporte individual ainda desempenha um papel vital na garantia de provisão da mobilidade".

> **É possível tornar Guimarães numa cidade mais resiliente, e com melhor qualidade de vida para os seus cidadãos.**

SOFIA FERREIRA
Vereadora do Ambiente e Ação Climática da Câmara Municipal de Guimarães

No entanto, esta tendência de utilização intensiva do transporte individual pode ser invertida e o município tem apostado em várias medidas transversais que concorrem em conjunto para este objetivo. Entre as várias iniciativas, Sofia Ferreira destaca "o esforço para aumentar a competitividade do transporte coletivo, pelo aumento da oferta com a criação de uma nova rede de transporte público e a introdução de transporte flexível – que será anunciado em breve –, além da redução dos custos de utilização mediante a subsidiação dos passes". Estas ações "visam tornar o transporte coletivo uma alternativa mais atrativa e acessível, incentivando os cidadãos a optar por modos de transporte mais sustentáveis", explica a responsável.

Mobilidade elétrica fundamental

A mobilidade elétrica também tem sido um pilar fundamental na estratégia de Guimarães. "A reconversão da frota municipal para veículos mais eficientes e de emissões baixas ou nulas, bem como a imposição do uso de veículos elétricos na operação de transporte público, reflete o compromisso do município com a redução das emissões de GEE", explica Sofia Ferreira. Simultaneamente, segundo a vereadora, "o município tem expandido a infraestrutura ciclável e as áreas pedonais, promovendo a mobilidade ativa como uma alternativa saudável e ecológica ao transporte individual".

Neste contexto, a comunicação e a informação ao público são igualmente áreas que foram privilegiadas. Para Sofia Ferreira, a digitalização vai desempenhar "um papel-chave na disponibilização da informação da oferta de transporte público, facultando informações claras e atualizadas sobre horários, rotas e o estado dos serviços". Apesar da digitalização, o município "reconhece a importância da informação em formatos e suportes mais convencionais, reforçando a informação nas paragens de transporte público, de forma a garantir a informação universal", sublinha a vereadora.

Acessibilidade e competitividade

No domínio do transporte individual, e reconhecendo o seu papel como garantia da competitividade de alguns territórios, o município está a apostar em medidas que reduzam as suas externalidades, nomeadamente através do incentivo à mobilidade elétrica, como a expansão da rede de mobilidade elétrica. "Incentivar o uso de veículos elétricos é uma forma eficaz de reduzir as emissões associadas ao transporte individual, contribuindo para um sistema de mobilidade mais sustentável sem comprometer a acessibilidade", diz Sofia Ferreira.

Em síntese, e na opinião da responsável autárquica, "Guimarães está a construir um futuro de mobilidade mais sustentável e equilibrado, através de uma abordagem integrada que combina melhorias no transporte público, promoção da mobilidade ativa e incentivo à mobilidade elétrica." Na sua perspetiva, estão a dar-se passos importantes para "transformar o sistema de mobilidade local, alinhando-o com os objetivos globais de sustentabilidade".

*